

AGENDA TEMÁTICA DE INVESTIGAÇÃO E INOVAÇÃO

CULTURA E PATRIMÓNIO CULTURAL

Versão de outubro 2019

(em fase de pré-finalização)

AGENDA TEMÁTICA DE INVESTIGAÇÃO E INOVAÇÃO

CULTURA E PATRIMÓNIO CULTURAL

Coordenação do Grupo de Peritos

António Candeias --- Laboratório Hercules – Herança Cultural, Estudos e Salvaguarda (UÉ)

Maria da Conceição Lopes --- CEAACP – Centro de Estudos em Arqueologia, Artes e Ciências do Património (UC, CAM e UALG)

Redatores do Grupo de Peritos

António Candeias --- Laboratório Hercules – Herança Cultural, Estudos e Salvaguarda (UÉ)

Maria da Conceição Lopes --- CEAACP – Centro de Estudos em Arqueologia, Artes e Ciências do Património (UC, CAM e UALG)

Grupo de Peritos

Ana Cardoso de Matos --- CIDEHUS – Centro Interdisciplinar de História, Culturas e Sociedades (UÉ)

Ana Paula Pires --- IHC – Instituto de História Contemporânea (NOVA)

António Branco --- Departamento de Informática (ULisboa)

António Candeias --- Laboratório Hercules – Herança Cultural, Estudos e Salvaguarda (UÉ)

Carlos Carreto --- IELT – Instituto de Estudos de Literatura e Tradição (NOVA)

Carmen Soares --- Faculdade de Letras (UC)

Clara Moura Soares --- ARTIS – Instituto de História de Arte (ULisboa)

Clara Pimenta Vale --- Faculdade de Arquitectura (U.Porto)

Cláudio Torres --- CAM – Campo Arqueológico de Mértola

Cristina Luís --- Museu de História Natural e da Ciência (ULisboa)

Eduarda Vieira --- Católica - Porto

Helena Reis Silva --- CET – Centro de Estudos de Teatro (ULisboa)

Helena Souto --- IADE – Faculdade de Design Tecnologia e Comunicação da Universidade Europeia

Isabel Capeloa Gil --- UCP

João Mimoso --- LNEC

José Machado Pais --- ICS – Instituto de Ciências Sociais (ULisboa)

Laura Castro --- UCP

Luísa Arruda --- Faculdade de Belas-Artes (ULisboa)

Manuela Martins --- Lab2PT (UMinho)

Márcia Vilarigues --- Departamento de Conservação e Restauro FCT (NOVA)

Maria Assunção Gato --- DINAMIA/CET – Centro de Estudos sobre a Mudança Socioeconómica e o Território (ISCTE-IUL)

Maria Cardeira da Silva --- Departamento de Antropologia FCSH (NOVA)

Maria da Conceição Lopes --- CEAACP – Centro de Estudos em Arqueologia, Artes e Ciências do Património (UC, CAM e UALG)

Maria João Melo --- Departamento de Conservação e Restauro FCT (NOVA)

Marta Almeida --- Fundação de Serralves

Marta Lourenço --- CIUHCT – Centro Interuniversitário de História das Ciências e da Tecnologia (NOVA e ULisboa)

Paulo Lourenço --- Departamento de Engenharia Civil (UMinho)

FUNDAÇÃO PARA A CIÊNCIA E A TECNOLOGIA

Teresa Cruz --- Departamento de Ciências da Comunicação FCSH (NOVA)

Teresa Duarte Martinho --- ICS – Instituto de Ciências Sociais (ULisboa)

Teresa Flores --- CECL – Centro de Estudos de Comunicação e Linguagens (NOVA)

Equipa Técnica da FCT

Carlos Pereira e Rosário Costa (coordenadores sucessivos)

Luísa Igreja

Colaboração do Gabinete de Estudos e Estratégia:

Mapeamento de financiamentos: Isabel Reis e Inês Fonseca

Daniel Ferreira, Vanja Karadzic (Consulta a Organismos Públicos)

Coordenação Geral das Agendas Temáticas de Investigação e Inovação

José Bonfim

Tiago Santos Pereira

NOTA INTRODUTÓRIA

Dando sequência à Resolução de Conselho de Ministros nº 32/2016 de 3 de junho e, em particular, ao definido no anexo “Compromisso com o conhecimento e a Ciência: o compromisso com o Futuro”, a Fundação para a Ciência e a Tecnologia dinamizou e assegurou a elaboração de um conjunto de Agendas Temáticas de I&I.

Essas Agendas foram desenvolvidas por Grupos de Peritos designados conjuntamente pela FCT e por centros e unidades de investigação, empresas e outras entidades com investigação e inovação relevante nas respetivas áreas, em número variável. Por sua vez, os Grupos de Peritos identificaram equipas de coordenação e diferentes formas de contribuição para as Agendas, tendo sido apoiados ao longo do processo por equipas técnicas da FCT.

A presente agenda “Cultura e Património Cultural” resulta de um período de intenso trabalho em torno da identificação, formulação e sistematização das grandes questões e desafios que se colocam neste tema num horizonte de longo prazo (2030). A reflexão realizada pelos peritos foi complementada pelos contributos da discussão pública entretanto ocorrida.

Índice

NOTA INTRODUTÓRIA	5
SUMÁRIO EXECUTIVO.....	9
PARTE I.....	13
Visão e Desafios.....	13
Capítulo 1 – Visão e desafios para Portugal a 2030	13
1.1 Visão.....	13
1.2 A importância do tema	14
1.3 Os grandes desafios	15
Capítulo 2 – Investigação e Inovação na área da Cultura e Património Cultural	17
2.1 Estado da arte: os desenvolvimentos dos últimos 10 anos.....	17
2.2 Estratégias de I&I a nível internacional	21
2.3 Diagnóstico do tema em Portugal	23
Capítulo 3 – As Políticas Públicas e a I&I na Cultura e Património Cultural	27
3.1 As Políticas Públicas nos últimos 10 anos: temas e impactos	27
3.2 Desafios para a agenda de investigação e inovação.....	29
PARTE II.....	31
Capítulo 4 – Agenda de investigação e Inovação.....	31
4.1 Trânsitos culturais, identidades e memórias.....	31
4.1.1 Desafios e objetivos para Portugal até 2030	31
4.1.2 Principais desenvolvimentos científicos nos últimos dez anos	33
4.1.3 Questões-chave para uma agenda de Investigação	35
4.1.4 Fatores críticos para o desenvolvimento futuro.....	35
4.2 Sustentabilidade e ambientes em mudança.....	37
4.2.1 Desafios e objetivos para Portugal até 2030	37
4.2.2 Principais desenvolvimentos científicos nos últimos dez anos	39
4.2.3 Questões-chave para uma agenda de investigação	40
4.2.4 Fatores críticos para o desenvolvimento futuro.....	41
4.3 Processos criativos, produção cultural e sociedade plural	43
4.3.1 Desafios e objetivos para Portugal até 2030	43
4.3.2 Principais desenvolvimentos científicos nos últimos dez anos	44
4.3.3 Questões-chave para uma agenda de investigação	44
4.3.4 Fatores críticos para o desenvolvimento futuro.....	45
4.4 Língua, tecnologias, cultura digital e produção de valor	46
4.4.1 Desafios e objetivos para Portugal até 2030	46
4.4.2 Principais desenvolvimentos científicos nos últimos dez anos	47
4.4.3 Questões-chave para uma agenda de investigação	48
4.4.4 Fatores críticos para o desenvolvimento futuro.....	49
4.5 Perspetivas de Inovação Social e Tecnológica	49
4.5.1 Desafios e objetivos para Portugal até 2030	50
4.5.2 Principais desenvolvimentos tecnológicos nos últimos dez anos	51
4.5.3 Oportunidades e aplicações para uma agenda de inovação	51
4.5.4 Fatores críticos para o desenvolvimento futuro.....	52

PARTE III	53
Capítulo 5 – Conclusões	53
5.1 Desafios: a Agenda de I&I e a sociedade portuguesa	53
5.2 As áreas estratégicas para a Investigação e a Inovação até 2030	54

AGENDA TEMÁTICA DE INVESTIGAÇÃO E INOVAÇÃO

CULTURA E PATRIMÓNIO CULTURAL

DOCUMENTO DE TRABALHO

SUMÁRIO EXECUTIVO

A Agenda de Investigação & Inovação (I&I) Cultura e Património Cultural abrange, fundamentalmente, dois domínios:

- A cultura, enquanto sistema de crenças, valores, costumes, comportamentos e artefactos, partilhados pelos membros de uma determinada sociedade, herdados e transmitidos de geração para geração através de processos de aprendizagem;
- O património cultural, enquanto corpus integral de sinais materiais – quer artísticos, quer simbólicos, outorgado pelo passado a cada cultura e, portanto, legado de toda a humanidade.

Esta Agenda incide sobre os aspetos de I&I relacionados com a valorização do património científico e cultural, material e imaterial, o que inclui dimensões como a sua identificação, preservação, reabilitação, classificação, digitalização, promoção e divulgação. Os desenvolvimentos que daí advenham serão, sem dúvida, contributos enriquecedores para a missão das diversas infraestruturas e instituições culturais empenhadas nas atividades referidas, independentemente do sector específico em que atuam. Recorda-se que, na última década, se acentuaram as críticas à patrimonialização da cultura e à definição estática do respetivo património.

Não obstante o grau de complexidade de que se reveste o tema *Cultura e Património Cultural*, a Agenda estrutura-se em torno de quatro temas:

- Trânsitos culturais, identidades e memórias;
- Sustentabilidade e ambientes em mudança;
- Processos criativos, produção cultural e sociedade plural;
- Língua, tecnologias, cultura digital e produção de valor.

O primeiro tema identificado, Trânsitos culturais, identidades e memórias, é focalizado em âmbitos conceptuais tais como fluxos de migração e comunidades transnacionais, bem assim como nos desafios que os mesmos representam, e continuarão a representar, para Portugal e para a Europa. Emerge a problematização dos efeitos da diáspora nas identidades e memórias sociais.

Por sua vez, este subtema estrutura-se em torno de cinco questões de investigação, que seguidamente se explicitam:

- ✓ De que nova forma os trânsitos culturais reconstróem as memórias e identidades, fragmentadas, eletivas e plurais, como é próprio da contemporaneidade?
- ✓ Qual o lugar das heranças culturais nesta nova abordagem da construção identitária, assente na problematização dos trânsitos?
- ✓ Quais as ameaças que o terrorismo coloca ao património e às memórias culturais?
- ✓ Quais os impactos do maior fluxo de refugiados – da Síria e do Iraque (a maior vaga desde a Segunda Guerra Mundial) – na identidade cultural europeia?
- ✓ De que maneira uma constelação de lugares patrimoniais, incluindo campos arqueológicos e ruínas, pode ser redescoberta e integrada nos mapas culturais contemporâneos, à luz de uma perspetiva que enfatiza os trânsitos e as migrações culturais?

Com o segundo eixo, Sustentabilidade e ambientes em mudança, procura-se apelar para a compreensão da dimensão política e social da cultura e do património cultural, nomeadamente no que diz respeito ao seu contributo para o desenvolvimento sustentável. Um dos desafios atuais é entender a cultura e o património desde uma nova perspetiva, distinta da ótica mais tradicional e administrativa, reunindo as dimensões culturais e naturais que, durante demasiado tempo, evoluíram de forma independente.

Se vivemos num mundo em que a mudança acontece com celeridade cada vez maior (alterações climáticas, mudanças demográficas, instabilidade política e económica, etc.), os objetos e objetivos de investigação, as ferramentas e métodos usados, bem como os mecanismos de divulgação, todos estes aspetos devem refletir essa mudança. Neste sentido, considera-se importante a criação de um Observatório sobre Ciência, Cultura e Património Cultural, que seja um instrumento de interação e articulação entre investigadores/unidades de I&D, entidades administrativas, agentes sociais e empresas focadas na resposta aos desafios societais.

Atualmente, a investigação sobre património cultural é usualmente fragmentada entre tipo de bens, campos disciplinares e suportes físicos. Assim, outros aspetos importantes a ter em conta são o estabelecimento de ligações entre o património cultural tangível, intangível e digital, assim como o esbater de barreiras disciplinares, promovendo investigação que aposte no cruzamento de diferentes perspetivas e abordagens. Facilita-se assim a emergência de uma visão integradora das partes num todo cultural, incrementando-se assim a abrangência do seu significado.

Consideram-se ainda apostas estratégicas importantes as que promovam:

- ✓ Desenvolver novos materiais (incluindo nanomateriais e biomateriais), tecnologias, procedimentos e sistemas integrados para a manutenção e conservação do património, do mais antigo ao contemporâneo, e para a avaliação e gestão de risco;
- ✓ Estudar metodologias e técnicas de análise & diagnóstico não invasivas e não destrutivas do património;
- ✓ Abordar multidisciplinarmente a interação entre ambiente e materiais;
- ✓ Complementar os estudos artísticos com os estudos da história técnica da arte;
- ✓ Aprofundar o conhecimento sobre a dimensão e o impacto sociais, económicos e políticos da cultura e do património cultural, incluindo um cenário pós-turismo.

No que diz respeito a Processos criativos, produção cultural e sociedade plural, é reconhecido que os efeitos das novas formas de distribuição, acessibilidade, diversidade e mediatização da cultura levantam questões sobre as suas contribuições para a criatividade e o desenvolvimento económico. Neste sentido, é proposta uma linha de investigação orientada para a estruturação de uma reflexão partilhada entre a economia cultural e a economia industrial, não esquecendo porém que a cultura não origina, nem se destina, obrigatoriamente ao consumo generalizado.

Em termos de estratégia, consideram-se cruciais as seguintes questões de investigação:

- ✓ Analisar a evolução desde as “artes industriais” ao *design*, como expressão de cultura e identidade;

- ✓ Investigar a ligação entre o *design* de produto e a atividade de determinados estabelecimentos fabris – muitos dos quais já não existem, e ainda como o design gráfico se articulou com a publicidade de várias indústrias;
- ✓ Entender de que forma o *design* de produto e o *design* gráfico podem ser instrumentos para promover as indústrias criativas e a disseminação cultural;
- ✓ Contribuir para o processo de criação do *design* de produto, considerando-o como um processo interdisciplinar (o artefacto utilizado na vida quotidiana é determinado conjuntamente pelas suas propriedades físicas, pelos seus valores semânticos e simbólicos);
- ✓ Investigar a integração de novos materiais e processos na criação de produtos tradicionais, assim como identificar novos usos para materiais tradicionais;
- ✓ Entender os objetos – forma e matéria – em articulação com os recursos de uma região (naturais, saber-fazer, formação);
- ✓ Reconhecer a miscigenação de formas e materiais como resultante da sociedade plural e dos trânsitos culturais;
- ✓ Avaliar as possibilidades que os espaços industriais podem ter no acolhimento de indústrias criativas, que desta forma contribuirão para a melhor integração dos espaços industriais abandonados nas cidades (“*brownfields*”);
- ✓ Identificar espaços urbanos que possam ser polos geradores de indústrias criativas;
- ✓ Reconhecer novas formas de expressão urbana (arte pública; *street art*; pós-graffiti);
- ✓ Reconhecer o valor patrimonial e de memória de alguns espaços urbanos.

Com o tema Língua, tecnologias, cultura digital e produção de valor, sublinha-se que as transformações da cultura contemporânea decorrentes do impacto das novas tecnologias da informação e da comunicação, assim como dos *media* digitais, significam a emergência de uma nova literacia, de novas práticas culturais e de novas mediações. Ao mesmo tempo, verifica-se a continuidade da experiência cultural e a necessidade da promoção da língua portuguesa. Neste âmbito, emergem como prioritárias as seguintes questões de investigação:

- ✓ Desenvolver investigação em aspetos específicos da cultura digital;
- ✓ Apostar numa cultura da contribuição, própria da cultura digital;
- ✓ Planear estrategicamente a digitalização de espólios e a sua articulação com redes de conhecimento;
- ✓ Reforçar as abordagens multidisciplinares e das sinergias entre equipas, nomeadamente entre humanidades, artes, estudos culturais, ciências da comunicação, ciências da computação e ciências da informação;
- ✓ Concretizar a transferência de conhecimentos entre cultura artística e economia criativa: foco nas novas práticas criativas, de curadoria, de disseminação e de receção da cultura;
- ✓ Promover estrategicamente a língua portuguesa investigando sobre:

- A estrutura e o funcionamento da língua portuguesa numa perspetiva multidisciplinar e integrada;
- Novos meios auxiliares de diagnóstico, baseados em desempenho linguístico, adaptados à língua portuguesa;
- Aquisição da língua portuguesa como segunda língua;
- Expressão literária lusófona e sua valorização.

PARTE I

Visão e Desafios

Capítulo 1 – Visão e desafios para Portugal a 2030

1.1 Visão

A *Agenda de I&I Cultura e Património Cultural* tem por missão contribuir para a resolução dos complexos desafios globais que caracterizam a atual sociedade, pese embora ter sido pensada em contexto nacional. A concretização desta visão passa especificamente por uma forte articulação entre sociedade e cultura, entre problemas humanos-sociais-ambientais-económicos e reflexão-conhecimento-arte-soluções. Este é sobretudo um esforço de interpretar e de dar significado ao mundo de hoje, enquadrando-o no longo prazo (passado e futuro), sendo esta uma forma de abordagem das questões de investigação fundamental das Artes & Humanidades (A&H)¹.

A *Conferência Mundial das Humanidades*², realizada em 2017, simboliza uma renovada preocupação em mostrar como a investigação que se realiza nas A&H se ocupa de grandes questões da atualidade, as quais se constituíram como eixos temáticos estruturantes do próprio evento: ambiente; migrações; diversidade cultural; património cultural, tangível ou imaterial; história multipolar versus história eurocêntrica; avanços da tecnologia; ...

Aliar a investigação das A&H ao conjunto abrangente de problemas que surgem num mundo em rápida mudança, social e tecnológica, que tem no horizonte tanto utopias como distopias, é possibilitar que se reconheça a estes domínios do conhecimento uma maior importância académica e social. No entanto, para que esta dinâmica de I&I seja mais eficaz, é estrategicamente promissor fomentar a colaboração interdisciplinar nos estudos a realizar.

Neste contexto, é paradigmático o exemplo da Ciência da Sustentabilidade, que estuda problemas atuais, de alcance mundial e local, problemas relacionados com a sustentabilidade – natural, social e cultural –, problemas tidos como interdependentes, complexos e em mútuo reforço³. Para alcançar uma compreensão holística destes, seu objetivo, esta recente disciplina académica tem como um dos seus conceitos-chave a interdisciplinaridade, abrangendo Ciências Naturais, Exactas, Sociais e A&H. Tem também como princípio orientador a transdisciplinaridade, enquanto abertura a *stakeholders* não académicos.

A complementar este argumento a favor da necessidade de uma estratégia de I&I, para a cultura e património cultural, que fomente dinâmicas de interdisciplinaridade e transdisciplinaridade, está a

¹ *Culture is the result of the complex of conceptual, linguistic, affective, moral and behavioral systems that allow us to define and re-define ourselves in a changing world. This “cultural complex” is what the humanities study* (European Science Foundation, 2007: 5).

² The World Humanities Conference (<http://www.humanities2017.org/en>).

³ *Sustainability science has emerged as a new academic discipline in the last decade. It provides a new approach to deal with complex, long-term global issues, such as human-induced climate and ecosystem changes, from broad perspectives. It also aims to promote solutions that contribute to rebuilding a sound relationship between human society and the environment (i.e. coupled social-ecological systems), in:* <https://en.unesco.org/sustainability-science>.

expectativa do contributo inadiável que as Humanidades podem prestar às atividades de aconselhamento científico e às políticas públicas na sua multiplicidade (cultura, ambiente, tecnologia, alimentação, etc.)⁴. Para além destes contributos sectoriais, percepção-se aqui a oportunidade de a I&I em A&H influenciar positiva e transversalmente as políticas públicas em termos de respeito prioritário pelo bem público e pela ética na governação. De acordo com a OCDE, se, por princípio, as políticas públicas devem estar orientadas para o bem público, na prática, porém, os decisores políticos têm-se deixado influenciar por grupos de interesse, de diversa natureza. A mesma organização alertou para os graves riscos que decorrem dessa captura política, a que nenhum governo é imune, e para a necessidade de a prevenir⁵.

1.2 A importância do tema

A abertura ao exterior através da cultura, supra-referida, é uma possibilidade importante para Portugal, não enquanto demonstração de superioridade ou poder, mas enquanto ação dirigida à salvaguarda dos direitos humanos e da democracia, a nível global. É oficialmente reconhecido que o património histórico-cultural e as artes são um dos eixos principais em que pode assentar a capacidade de Portugal ter uma influência positiva e construtiva nos múltiplos fóruns ‘onde hoje se jogam o valor e o futuro das civilizações, sociedades e economias’⁶. Afirma-se aí expressamente que esse património possibilita “a construção de uma ‘marca’ nacional”. Este posicionamento converge para o entendimento de que, provavelmente ainda neste século, enquanto “a ciência e a tecnologia serão as mesmas em todo o lado [...] o que continuará a evoluir e a diversificar-se quase infinitamente serão as humanidades”⁷.

Uma ambição desta natureza tem uma relevância indiscutível na atualidade internacional, num tempo em que se podem constatar diversos focos de intolerância, de populismo e de nacionalismo espalhados pelo Globo. Em última análise, o que se espera de uma sociedade que incorpora cultura, que aposta na dinâmica quer da preservação da cultura herdada quer da criação e fruição de mais cultura, é que abra fronteiras, começando por derrubar as intelectualmente construídas, para que se fortaleça a consciência social verbalizada como ‘nós’ e se debele a dicotomia ‘nós versus outros’. Nesta alteridade incluem-se os seres humanos e a natureza em geral – o nosso planeta.

O processo de elaboração da Agenda de I&I Cultura e Património Cultural foi um período singular, dedicado à reflexão sobre como a Cultura há-de contribuir para a construção de uma sociedade mais humana, justa e solidária. Neste âmbito, os diversos debates que foram realizados colocaram em diálogo investigadores das Humanidades, das Ciências Sociais e ainda de outros domínios, nomeadamente das Engenharias. A discussão pública também teve o seu espaço. A diversidade da participação nas discussões mostra que o processo adotado para definição da estratégia, que se apresenta nesta publicação, se caracteriza pelas dimensões interdisciplinar e transdisciplinar. Para além de esta Agenda ser já uma concretização das metodologias de trabalho associadas à visão para 2030, ela

⁴ Brom F (2019) *Institutionalizing applied humanities: enabling a stronger role for the humanities in interdisciplinary research for public policy*. Palgrave Communications 7: 72.

⁵ *Capture is the opposite of inclusive and fair policy-making, and always undermines core democratic values* (OECD (2017), *Preventing Policy Capture: Integrity in Public Decision Making*. OECD Public Governance Reviews, Paris: OECD).

⁶ Resolução do Conselho de Ministros nº 70/2016

<https://dre.pt/home/-/dre/75784201/details/maximized?serie=I&dreId=75784199>.

⁷ Wilson, E. O. (2016), *O sentido da vida humana*, Lisboa: Clube do Autor.

estrutura-se em torno de temas caros a essa visão de futuro, trazendo em seu auxílio as novas facilidades da tecnologia:

- Trânsitos culturais, identidades e memórias;
- Sustentabilidade e ambientes em mudança;
- Processos criativos, produção cultural e sociedade plural;
- Língua, tecnologias, cultura digital e produção de valor.

1.3 Os grandes desafios

A Agenda Cultura e Património Cultural visa promover mais e melhor cultura e, através do potencial transformativo da cultura, elevar o nível de bem-estar/ser das pessoas e da sociedade⁸. A estratégia definida pretende mobilizar vontades para aprofundar o conhecimento em determinados temas e para nele alavancar inovação. Pela frente tem uma série de desafios a que responder, metodológicos (4 e 6) ou societais (1, 2, 3, 5 e 7). Os sete desafios em questão são interdependentes entre si e foram identificados pelo respetivo Grupo de Peritos. Passam-se a elencar:

1. LIDAR COM A MOBILIDADE HUMANA – Este desafio tem duas frentes de ação distintas. Uma, as migrações, enquanto fluxos de pessoas desterritorializadas, levanta questões relacionadas com as configurações de memória, de identidade, de pertença e de abertura à diversidade cultural. Outra, as dinâmicas intensas de um turismo vinculado à cultura e património, lida com o risco de uma mercantilização acelerada e desajustada da cultura.
2. GERIR O TERRITÓRIO DE UMA FORMA EQUILIBRADA – O legado patrimonial dos territórios com menor densidade populacional e menor capacidade de atração, para residir ou visitar, deve ser preservado e valorizado em termos de autenticidade cultural, em contexto de desenvolvimento sustentável. Simultaneamente, é necessário inovar em termos da criação de mecanismos de atração e fixação de pessoas.
3. PROMOVER AS INDÚSTRIAS CRIATIVAS E CULTURAIS – No desenvolvimento de atividades económicas ligadas à oferta de serviços culturais, com uma dinâmica assinalável, tem de se descartar a supremacia exclusiva de princípios mercantilistas, que se possam sobrepor à liberdade e oportunidade de criação e fruição culturais, à democratização da cultura.
4. USAR AS NOVAS TECNOLOGIAS – Estas abrem uma panóplia de novas possibilidades: digitalização do património cultural, produção de conteúdos, comunicação e disseminação culturais, criação de plataformas digitais. A constante alteração de processos e ferramentas digitais induz dificuldades de ordem técnica, a juntar a questões de cariz político e ético.
5. PRESTAR AUXÍLIO NAS EMERGÊNCIAS INTERNACIONAIS – Contribuir para a salvaguarda do património cultural a nível global, em situações decorrentes de conflitos, de desastres naturais e do tráfico de património cultural.

⁸ A OCDE recentemente renovou o repto 'alcançar o bem-estar para todos' (*achieving well-being for all*) OECD (2017), *How's Life? 2017: Measuring Well-being*, Paris: OECD.

6. REFORÇAR AS ABORDAGENS MULTIDISCIPLINARES – Apostar neste desafio é determinante para o desenvolvimento com sucesso da investigação, tanto fundamental como aplicada, em toda a dimensão temporal que a cultura representa (desde ruínas arqueológicas às criações contemporâneas). É também uma condição necessária para facilitar as respostas aos demais desafios.
7. PROMOVER A LÍNGUA PORTUGUESA – Desafio incontornável na esfera do planeamento científico nacional, sublinhando-se a importância da investigação em tecnologia da língua portuguesa, com vista ao aproveitamento da era digital e tendo como pano de fundo a diferenciação da Cultura e Património Cultural existente em Portugal.

É ainda reconhecido, pelos Peritos supramencionados, a necessidade de recursos humanos devidamente formados a vários níveis e nos diversos sectores da Cultura e do Património Cultural. São indispensáveis estruturas de capacitação profissional, de formação técnica e de formação avançada, para que os compromissos desta Agenda possam ser assegurados.

No fim de 2017, a Comissão Europeia publicou os resultados de um Eurobarómetro especial sobre Património Cultural⁹. Para os diversos indicadores, Portugal apresenta sistematicamente valores inferiores à média europeia (UE28) que, por sinal, também tem valores que significam um frágil envolvimento com o Património Cultural. No entanto, no contexto da UE28, se a razão mais forte para o não acesso a locais ou atividades relacionadas com o património cultural é a falta de tempo (37% dos inquiridos), em Portugal a razão mais forte para que isso aconteça é a falta de interesse (45% dos inquiridos).

Daqui emerge um novo desafio que se coloca às políticas públicas em Portugal: encontrar estratégias para suscitar o interesse pela cultura, nas suas múltiplas dimensões, desde cedo, nas camadas mais jovens, ampliando o universo de interessados neste sector¹⁰. Guilherme de Oliveira Martins reconheceu, enquanto coordenador nacional do Ano Europeu do Património Cultural 2018, que a participação dos mais jovens constituía o desafio mais aliciante e exigente dessa iniciativa¹¹. Em paralelo, há que trabalhar orientações políticas específicas para atrair os que nutrem uma maior paixão por estes temas para uma formação superior e avançada em Humanidades, alargando o universo daqueles que queiram realizar-se profissionalmente nestas áreas, muito em particular na vertente de I&D. Tendo em conta novamente o Eurobarómetro sobre Património Cultural, onde se constata que a perceção da importância do património cultural em Portugal ultrapassa os valores médios da UE28¹², Portugal aparenta reunir condições para uma boa receptividade a políticas de maior apoio à Cultura e, em coerência, de incentivo à formação superior e à investigação em Artes & Humanidades.

Conhecimento e cultura podem existir numa sociedade independentemente das pessoas que hoje a constituem¹³. Com a implementação desta Agenda de I&I, espera-se contribuir para efetivar cada vez mais a assimilação e a ativação da cultura pela e na sociedade.

⁹ https://europa.eu/cultural-heritage/toolkits/special-eurobarometer-europeans-and-cultural-heritage_pt

¹⁰ Um bom exemplo de uma ideia inovadora é a proposta vencedora do Orçamento Participativo Portugal - OPP 2017: És.Cultura'18, um programa que permite o acesso anual gratuito a equipamentos e atividades culturais para jovens de 18 anos, com o objetivo “de abrir os horizontes dos jovens que atingiram a maioridade”, proporcionando-lhes um “consumo cultural menos habitual nessa idade, incluindo teatro, ópera, exposições e concertos sinfónicos.” <https://escultura.opp.gov.pt/>

¹¹ Conferência Património Cultural – Desafios XXI, 25 de outubro de 2018.

¹² O património cultural é importante para o seu próprio país: UE28 – 91%; Portugal – 96%. O património cultural é importante para a União Europeia: UE28 – 80%; Portugal – 86%.

¹³ Archer, M. S. (1995), *Realist Social Theory. The Morphogenetic Approach*, Cambridge, Cambridge University.

Capítulo 2 – Investigação e Inovação na área da Cultura e Património Cultural

2.1 Estado da arte: os desenvolvimentos dos últimos 10 anos

A cultura e o património cultural estão, em Portugal, organicamente dependentes do Ministério da Cultura. A gestão concentrada das áreas da cultura e do património acentua-se sobretudo a partir de 2011, no contexto das orientações definidas pelo *Programa de Reestruturação da Administração Central do Estado* (Resolução do Conselho de Ministros n.º 124/2005, de 4 de Agosto), que determinou a criação do IGESPAR, por fusão do IPA e do IPPAR e do IPM com o IPCR.

A Direção-Geral do Património Cultural, cuja orgânica está inscrita no DL n.º 115/2012, de 25 de Maio, é o serviço central da administração direta do Estado, com autonomia administrativa, que tem a missão de assegurar a salvaguarda, valorização, conservação e restauro dos bens móveis e imóveis, materiais e imateriais e desenvolver e executar a política museológica nacional. Para garantir a implementação territorial homogénea da administração das políticas culturais do Estado, as Direções Regionais da Cultura do Norte, Centro, Alentejo e Algarve integram, também, a administração direta do Estado.

A partir do ano 2000, o património, como objeto de estudo, invade as ciências sociais e humanas e, independentemente das definições que cada disciplina lhe pretenda conferir, historiadores, arquitetos, etnólogos, arqueólogos, geógrafos, e demais agentes da cultura e do património cultural, convergem numa leitura como bem inscrito no tempo de construção das sociedades, nas expressões da herança, das memórias, da valorização da identidade e da topografia do passado no cenário do presente.

A Europa, reconhecendo à cultura, ao conhecimento, e à inovação e criatividade um potencial de desenvolvimento, na continuidade de políticas supra nacionais integradoras de celebração e valorização do património europeu, de que as *Jornadas Europeias do Património* (JEP) e a *Capital Europeia da Cultura* (CEC) são a expressão de maior escala e visibilidade, empreende a tarefa de discutir o património e reivindicar o alargamento dos seus elementos de expressão, disseminando o seu usufruto pela comunidade.

No seu papel tutelar de salvaguarda do património, a UNESCO adotou, em 2001, a *Convenção sobre a proteção do património subaquático*, considerando a necessidade de proteger os traços da existência humana com valor representativo de história e cultura que estão imersos, e a *Convenção para a Salvaguarda do Património Cultural Imaterial* trazendo, para a esfera do Património, as práticas, representações, expressões, conhecimentos, usos e costumes, assim como objetos, artefactos e espaços culturais que lhe sejam associados. Em 2005, por via da *Convenção para a Proteção e Promoção da diversidade das expressões culturais*, promove a multiplicidade de formas pelas quais as culturas de grupos e das sociedades encontram a sua expressão, elementos até então sem representação definida no quadro do património e da cultura.

Em paralelo, e de acordo com a *Convenção Quadro do Conselho da Europa relativa ao Valor do Património Cultural para a Sociedade* (Convenção de Faro, 2005), a Europa afirma o património cultural no âmbito dos direitos do Homem, inscrevendo o carácter fundamental deste para as sociedades.

O alargamento conceptual da cultura e do património cultural, com célere desenvolvimento ao longo da última década, deslocou o seu entendimento da conceção monumentalista, patrimonialista e

historicista para um campo amplo de enquadramento tipológico dos bens culturais e patrimoniais, mobilizando para este campo outras áreas, portadoras de outras perspectivas de análise e usufruto, e de inovadoras ferramentas técnicas e científicas, as quais proporcionaram o desenvolvimento da investigação e desenvolvimento de produtos para conservação e restauro do património, e também, em razão das novas tecnologias, para a mediação e comunicação de contextos e objetos pretéritos.

Ao mesmo tempo, a evolução do conceito inclui outros elementos de expressão, quebrando em definitivo o vínculo historicamente associado aos bens nacionais, aos monumentos e a outras obras de afirmação da identidade da nação, para se constituir como um híbrido com elementos diversos entre si, dificultando qualquer definição com arestas bem definidas e ganhando potencial de vinculação às comunidades.

O alastramento da noção de património e bem cultural para as áreas da cultura popular, contaminando o quadro das práticas e saberes tradicionais, introduziu um elemento de democratização cultural, mesmo se, por ora, estas práticas não tenham um alcance que permita extravasar os enquadramentos temáticos e regionais certificados, sobretudo aqueles com a chancela Património da Humanidade, e só dificilmente alcancem expressão no quadro do exercício da cidadania, onde a busca pelo seu lugar se faz ainda.

Neste quadro, a Europa criou um conjunto de instrumentos, de programas e de projetos tendentes à promoção do património cultural e da cultura como áreas de valorização e afirmação da identidade europeia e das suas políticas de inclusão e participação da comunidade, no quadro de políticas de exercício da cidadania, contemplando o alargamento das fronteiras do campo patrimonial, a diversidade de agentes que induziu, o carácter experimental do desafio e a vinculação muito estreita do património e da cultura com o sector do turismo.

O multiculturalismo, a transversalidade disciplinar, a memória e identidade, a herança cultural, a sua valorização e promoção tomam os patamares superiores de atuação, dinamizando nos meios académicos a introdução de novas áreas científicas que se multiplicam em teses, em projetos de investigação, colóquios, cátedras e eventos culturais financiados em torno do património cultural e da cultura.

A afirmação e o reconhecimento social da importância do património trouxeram o desafio de atuação transdisciplinar, por profissionais devidamente certificados, e fixaram o património e a cultura como recurso de valor acrescentado para as comunidades e regiões.

A rapidez da migração do conceito de património da esfera do bem, que confere qualidade às realizações coletivas e identidade às comunidades, para a esfera de produto transacionável, encaminhou a cultura para um horizonte de indefinidas e múltiplas fronteiras, na esperança de que esta última pudesse ser alavancada pelo primeiro e se constituísse como um recurso e um fator de desenvolvimento económico.

A emergência do património cultural e da cultura como um sector em franco desenvolvimento e a forte vinculação ao turismo que a enforma, reporta ao princípio de desenvolvimento sustentável das sociedades e dos territórios, nos quais se buscam elementos/produtos de natureza diversa, distinta e inovadora.

A cultura passou também a ser considerada uma área relevante para o desenvolvimento sustentável, surgindo projetos sobre a mercantilização da cultura, sobretudo no domínio do turismo, como proposto em *Ações COST - European Cooperation in Science and Technology*.

Este novo horizonte de possibilidades amplificou o movimento sonoro em torno do potencial de inclusão do património cultural e de sector e recurso de desenvolvimento, chamando para o espaço do património cultural e da cultura sujeitos e instituições que tradicionalmente aí se não reconheciam. Aqui, convergem, agora, entre outros, universidades e seus centros de investigação, como núcleos de evidente empenho e investigação inovadora, instituições regionais, autarquias e empresas, sociedade civil (organizada muitas vezes em ONG), núcleos locais e regionais de cultura e património, gestores de bens patrimoniais públicos e privados.

O turismo cultural acompanhou no país o movimento de escala mundial e, se por um lado, induziu mecanismos de garantir a preservação e a conservação dos sítios e bens culturais, por outro lado, desencadeou fenómenos de inevitável mercantilização da cultura.

Nos últimos anos, os poderes autárquicos portugueses têm feito um esforçado investimento na política cultural e, aos poucos, começam a assumir-se como os protagonistas das políticas culturais locais. Todavia, as políticas culturais urbanas são muito frequentemente instrumentalizadas ao serviço da reconstrução dos centros históricos e da regeneração urbana e, por via da oferta alternativa de eventos singulares e de recriação e outros, aos “produtos tradicionais”, à turistificação do património histórico e do espaço público.

A proliferação de sítios e bens patrimoniais e culturais, enquanto processo dinâmico que visa a sua valorização, independentemente da sua natureza material ou imaterial, afetiva, identitária, estética, histórica, económica, etc. através da *mise en scène*, da exposição, da comunicação, da mediação cultural ou turística, enquadrando uma eventual descoberta de alteridade, por exagero ou excesso, favoreceu um fenómeno social de hiperpatrimonialização, dramatizado na expressão *heritage boom*, no qual se reconhece a possibilidade de destruição da autenticidade, por via de processos de mediação que encenam, artificializam e simulam o significado e a mensagem histórica dos bens.

As arestas fluídas do conceito parecem ter originado um quadro de permeabilidade dos atores, ocasionando fenómenos de desencarnação do património e processos de valorização de eventos efémeros em detrimento de projetos sustentados, multidisciplinares apontando ao futuro.

Estes fenómenos constituem um quadro de preocupações e vários trabalhos académicos os têm equacionado, assim como têm estudado as práticas e os consumos culturais, oferecidos pelos novos agentes que atuam nas áreas do património cultural e cultura, relacionando estas práticas e consumos com os índices de bem-estar económico e social, a educação, os direitos sociais, etc., pois parece ser claro que estes projetos culturais, fora de sectores onde é imediata a visibilidade do acontecimento, nomeadamente os ligados às artes plásticas, às artes performativas e aos museus, parecem não existir.

Em certas circunstâncias, a conjugação de sectores pode garantir uma sustentabilidade desejável, porém, dado o quadro diverso de interesses, ela veicula, também, investimentos que em muitos casos podem significar a anulação, a destruição ou a diminuição do valor pelo qual os bens patrimoniais são portadores desse estatuto.

A avaliação deste tipo de emolduramento e da colação do património cultural e cultura ao turismo não alimenta, por isso, um discurso de consenso. A possibilidade e coexistência de modos diversos do uso social do património, de diversos modos de turismo cultural, e de diferenciação regional, têm desencadeado processos de patrimonialização e de privilégios de uns segmentos relativamente a outros, sem que se tenha elaborado a determinação de critérios perceptíveis. Esta circunstância deu origem a variados movimentos e a um debate generalizado em torno da necessidade de criar

mecanismos de observação, controlo e avaliação do fenómeno que instalou a cultura e o património na esfera do turismo, sem garantir os mecanismos de investigação científica que são inerentes à cultura e ao património.

Portugal participa ativamente neste debate, que se estende da academia à sociedade, reconhecendo-se estruturas originárias da sociedade civil, particularmente ativas no desenvolvimento de mecanismos de avaliação dos fenómenos de exclusão ou desmembramento das comunidades que, em contradição com o processo participativo e de inclusão que a mobilização da herança cultural sustenta, tendem a desencadear-se.

Portugal acompanhou de perto o impulso ao desenvolvimento das disciplinas relacionadas com a conservação e restauro do património, que foi ativamente promovido a nível europeu. Durante as duas últimas décadas, foram desenvolvidos e financiados pela UE vários projetos e redes em torno da relação entre o património e os parâmetros climáticos, ambientais e outros fatores de risco, na busca de novas tecnologias para a sua conservação e monitorização (Clima para a Cultura; IMPACTO; ENVIART; Memori, MIMIC; SMooHS; EU-ARTECH; CHARISMA, NIKER, etc.). Assim, não é surpreendente ter-se assistido ao desenvolvimento de novas ferramentas de diagnóstico e monitorização, as quais utilizam equipamentos da área de investigação da física e da química para a análise remota e não-evasiva. Estas novas tecnologias incentivaram o desenvolvimento de novas abordagens integradas para o estudo dos materiais e dos fenómenos ou processos da sua degradação ou deterioração.

Novas metodologias e ferramentas tecnológicas ligadas a satélites, para monitorização do património cultural e natural, visível e fossilizado, têm feito o seu caminho e Portugal tem estado na dianteira dessas tecnologias.

Do mesmo modo, o património ligado ao digital constitui uma preocupação fundamental nas sociedades atuais, dado o seu desenvolvimento vertiginoso e a sua disseminação em todas as áreas. Os objetos informáticos como património, mas também, e sobretudo, as práticas informáticas e lúdicas, e as práticas virtuais; o património vídeo-lúdico em si mesmo, mas, também, os conteúdos, enquanto objeto de arquivo e classificação de dados, de comunicação com o público e de mediação cultural.

Neste domínio específico, importa sublinhar as preocupações e implementação crescentes com os planos de digitalização de coleções documentais de arquivos e museus, o acesso aberto, a disponibilização de enormes quantidades de dados – *big data* – e o respetivo impacto na forma como se produz e como se passará, num futuro próximo, a produzir conhecimento. A perceção da existência de riscos em torno da preservação de documentos e objetos cujo único suporte é o digital tem tido atenção particular no quadro das políticas públicas científicas e académicas.

A cultura e o património cultural em Portugal estão organicamente vinculados ao mar Mediterrâneo, o mar do meio onde, no passado, circularam e se miscigenaram culturas e, também, ao Oceano Atlântico, marcador profundo da identidade nacional e das relações que, desde o período moderno, identificam os contactos no mundo ocidental.

Estes marcadores, de geografia ampla, dão ao património e cultura portuguesas um perfil amplo, no qual a língua portuguesa pode assumir um papel de matriz unificadora e meio de comunicação inclusivo e para a paz.

As vulnerabilidades da língua portuguesa na sociedade digital constituem, por isso, uma preocupação acrescida e espera-se que as ações iniciadas possam ter um desenvolvimento particular e inovador na sua valorização.

2.2 Estratégias de I&I a nível internacional

Em contexto internacional é possível identificar um conjunto de documentos estruturantes, nomeadamente estratégias e planos homogêneos, no âmbito da temática cultura e património cultural.

A montante, a Comissão Europeia (CE), no contexto do seu *Plano de Trabalho para a Cultura* respeitante ao quadriénio 2015-2018, estabelece quatro áreas prioritárias para este domínio: cultura acessível, património cultural, inovação e economia criativa, e diversidade cultural. Complementa estas prioridades com os temas intersectoriais mudança digital e estatística. Neste documento estratégico da CE são estabelecidas as prioridades da cooperação europeia em matéria de políticas culturais para os próximos anos, definindo tópicos que representem valor acrescentado em termos Comunitários e incentivem a cooperação transnacional e intersectorial.

A *Declaração de Namur*, por sua vez, no exercício de definição dos objetivos e prioridades para uma estratégia comum na área da gestão do património europeu, a adotar pelas instituições governamentais europeias com responsabilidades neste âmbito, e em estreita cooperação com a UNESCO e outros parceiros internacionais, elenca também como prioridades: o estabelecimento do património como fator cooperante do incremento da qualidade de vida das comunidades; a contribuição do património para a atratividade e prosperidade da Europa; a educação e a aprendizagem ao longo da vida; e a governança participativa no campo patrimonial. Em termos de literatura da Comissão Europeia, o relatório *Getting cultural heritage to work for Europe* constitui também um desenvolvimento importante para o setor do património cultural, e enfatiza a necessidade de evidenciar situações nas quais o património cultural se vem assumindo como motor positivo para um desenvolvimento sustentável e inteligente. Os três objetivos que este documento elenca são os seguintes: promover o financiamento inovador, o investimento, a governança, a gestão e os modelos de negócios que potenciem a eficácia do património cultural enquanto fator de produção económica; promover o uso inovador do património cultural para incentivar a integração, a inclusão, a coesão e a participação social; promover o uso inovador e sustentável do património cultural, para que este possa atingir todo o seu potencial e contribuir para o desenvolvimento harmonioso das paisagens e ambientes culturais europeus. As ações recomendadas no documento prendem-se com: a regeneração patrimonial urbana; a sustentabilidade das paisagens culturais; a governança inclusiva; os modelos inovadores de negócio na área do património cultural.

Mais recentemente, foi lançado o documento *Strategy 21 (European Cultural Heritage Strategy for the 21st Century)*, que se propõe redefinir o lugar e o papel do património cultural na Europa, providenciando diretrizes para a promoção da boa governança e para a participação na identificação e gestão do património, paralelamente à disseminação de abordagens inovadoras para a melhoria do meio ambiente e da qualidade de vida dos cidadãos europeus. Resultante da colaboração entre altos responsáveis políticos dos Estados-Membros e peritos desta área específica, o documento define desafios, recomenda ações extensas e destaca as melhores práticas a serem seguidas pelos atores e partes interessadas – governos, autoridades locais, sociedade civil e profissionais –, num estruturamento baseado em três componentes prioritárias (social; desenvolvimento territorial e económico; conhecimento e educação) e quatro interfaces ou áreas de convergência (entre o componente social e o componente de desenvolvimento territorial e económico; entre o componente de desenvolvimento territorial e económico e o componente de conhecimento e educação; entre o

componente de conhecimento e educação e o componente social; finalmente, entre os três componentes).

Ainda neste contexto institucional comunitário, o atual *Programa-Quadro para a Investigação e a Inovação da União Europeia Horizonte 2020 (H2020)*, na sua ambição de gerar ideias, crescimento e emprego e de, simultaneamente, responder aos desafios sociais, atendendo às preocupações dos cidadãos, concebeu uma linha de financiamento específica denominada *Europa num mundo em mudança – sociedades inclusivas, inovadoras e reflexivas*, dentro da qual concursos como *Compreendendo a Europa – promovendo o espaço público e cultural europeu*, entre outros, são diretamente associados a tópicos no âmbito da cultura e do património cultural. O H2020 foca-se no impacto e direciona-se para a resolução de problemas sociais, o que conduz à exigência, também para os tópicos investigacionais em cultura e património cultural, do desenvolvimento de planos científicos de cariz pluridisciplinar e multissetorial, e a integração da investigação e inovação, sem descontinuidades, desde a conceção das ideias até ao mercado.

Por fim, a Iniciativa de *Programação Conjunta em Património Cultural e Mudança Global (JPI CH)* é merecedora de uma menção particular. Integrada por dezanove países, para além de sete outros países observadores, a sua Agenda Estratégica de Investigação remete para quatro prioridades, alinhadas com os planos comunitários, a saber: desenvolvimento de uma sociedade reflexiva; ligação entre as pessoas e o património (cultural); criação de conhecimento; salvaguarda do património cultural.

Relativamente a estratégias de internacionalização na área da cultura e património cultural, por parte de países considerados modelares neste âmbito, é de destacar significativa convergência das mesmas relativamente às estratégias europeias e internacionais, nomeadamente no que refere a assinalável tendência para responder às preocupações dos cidadãos e aos grandes desafios sociais, não descurando os aspetos sociais, culturais e económicos, aproximando os cientistas dos cidadãos, e favorecendo a transparência do investimento público em matéria de investigação e inovação.

No entanto, poderão ser alvo de referência particular, pelo carácter exclusivo que denotam na referência à especificidade endémica de cada país, as seguintes estratégias:

- Programas de treino em restauro, conservação e proteção de monumentos da Síria, Líbano, Jordânia, Iraque e Turquia; criação e redesenho de infraestruturas digitais para o estudo de civilizações antigas (Alemanha);
- Programas em compreensão cultural e competências interculturais (Dinamarca);
- Apoio à investigação, ao desenvolvimento e à inovação aplicados à conservação e à sustentabilidade do património artístico, arqueológico, histórico, cultural e social (Espanha);
- Programas em preservação do património Cultural e Natural (*Laboratório Litoral*); estudos culturais, do homem e dos fatores de integração em sociedades globais e interligadas; inovações sociais, educativas e culturais (nomeadamente novas metodologias que apresentem uma dimensão comparativa rigorosa, com novos referenciais para avaliação do progresso social); transferência eficaz do conhecimento em ciências sociais e humanas para a vertente socioeconómica (França);
- Programas sobre paisagem e uso sustentável do espaço em ambientes vivos e em rápida mudança; em resiliência, enquanto conceito unificador dos sistemas socioecológicos; em estudo do passado enquanto fator de sustentabilidade, de inclusão e melhoria económica; em valor

cultural do património – sustentabilidade e temporalidade; retenção de conhecimento; *expert citizens*; herança contestada; holística e transdisciplinaridade na investigação em património cultural (Holanda);

- Priorização do tópico turismo, património cultural e indústria da criatividade como um dos cinco eixos temáticos do Exercício de Especialização Nacional Inteligente; instituição do tema património cultural como um de quatro *clusters* tecnológicos do mesmo *Exercício de Especialização Nacional Inteligente*; apoio à presença do país em Iniciativas de Programação Conjunta, nomeadamente nos programas dedicados à valorização e conservação do património cultural (Itália);
- Projetos em valor cultural para desenvolvimento de uma análise de base investigacional sobre formas de derivação e compreensão do valor da cultura; projetos sobre o papel e impacto da investigação em artes e humanidades na elaboração de políticas públicas e na qualidade de vida; colaborações com organizações diversas (agências de financiamento das artes, organismos de difusão, setor de museus, galerias e bibliotecas) para promoção da compreensão e apreciação do público sobre as artes, a cultura e o património; incremento do apoio à investigação de âmbito internacional, nomeadamente no âmbito de esquemas do Espaço Europeu de Investigação, nomeadamente ERA-NETs (*HERA – Humanities in the European Research Area*) e Iniciativas de Programação Conjunta (JPI CH - *Joint Programming Initiative in Cultural Heritage and Global Change*) (UK).

2.3 Diagnóstico do tema em Portugal

A normativa internacional sobre cultura e património cultural, inscrita num vasto conjunto de documentos (convenções, resoluções, recomendações e outros atos, dos quais se destacam os produzidos pela UNESCO, o Conselho da Europa e o ICOMOS), corporiza as tendências evolutivas neste domínio, as quais, genericamente, evoluem para o compromisso com os cidadãos e a inclusão social, numa estreita convergência com as questões da investigação e desenvolvimento, com as possibilidades económicas e de governança.

Portugal tem participado ativamente na implementação das políticas europeias relativas à temática Cultura e Património Cultural e, salvaguardando as realidades diversas e as particularidades criativas, alinhou a estratégia nacional e regional de acordo com as áreas prioritárias para este domínio definidas internacionalmente e pelo Conselho da Europa (EC).

O crescimento e o alargamento dos campos da cultura e do património cultural, consubstanciado na potenciação das dimensões material e imaterial do património, nas atividades culturais e criativas como fatores de desenvolvimento, mobilizam novos desafios, novas abordagens e responsabilidades.

O potencial diferenciador, instruído nos princípios da liberdade e autonomia criadora, da responsabilidade social, da herança como espaço de preservação das diferenças, da memória contra o perigo da indiferença, da salvaguarda do que somos e também daquilo que hoje criamos, compromete esta área com as políticas de inclusão, a cultura de paz e a participação cidadã que se definem na Europa.

Os instrumentos normativos, as tendências internacionais e o crescente aperfeiçoamento da legislação nacional lançam o repto à inovação e ao uso de plataformas colaborativas para que diferentes atores se associem e protagonizem estratégias de reforço mútuo, em ordem a projetar nacional e internacionalmente a criatividade, a diversidade cultural e o património cultural nacional.

Todavia, relativamente à cultura e ao património cultural, a Europa confronta-se hoje com um desafio transversal que se prende com a mobilidade, onde emerge a chegada de incontáveis fluxos de pessoas desterritorializadas que se pretendem fixar e com a conseqüente constituição abrupta de comunidades transnacionais, ao mesmo tempo que, em enquadramento sociológico oposto, se organiza para responder ao turismo de massas que se desloca em busca de novas culturas e de experiências diversificadas, de acordo com a diversidade cultural e patrimonial.

Por um lado, são as questões relacionadas com as configurações da memória e identidade que se problematizam nos trânsitos culturais relacionados com as migrações, as quais solicitam novas abordagens e exigem disponibilidade e flexibilidade intelectual, trabalho multidisciplinar por forma a garantir que os processos de inclusão sejam de acordo com os valores de solidariedade, liberdade, diversidade e do conhecimento.

Por outro lado, a vinculação do turismo ao património e cultura engendrou processos de mercantilização acelerada, muitas vezes desajustados, fazendo emergir a necessidade de criação de mecanismos de observação, controlo e avaliação para:

- ✓ Garantir os mecanismos de investigação científica e evitar a descaracterização, ou a perda de atributos pelos quais os bens patrimoniais são portadores desse estatuto;
- ✓ Garantir as políticas de inclusão e participação da comunidade;
- ✓ Assegurar que a cultura e o património se constituem como recurso de valor acrescentado para as comunidades e as regiões;
- ✓ Promover o desenvolvimento de novas tecnologias em articulação com as preocupações crescentes de digitalização de coleções e dos mecanismos de divulgação do conhecimento em acesso aberto.

Neste processo de acompanhamento das políticas e estratégias internacionais, Portugal apresenta particularidades que devem ser convocadas no quadro de uma agenda da cultura e do património Cultural 202-2030 e, por isso, encontra-se particularmente bem posicionado para implementar as diretrizes constantes do documento *Strategy 21 (European Cultural Heritage Strategy for the 21st Century)*, no qual se redefine o papel do património cultural na Europa e onde boa parte das estratégias para responder às questões que hoje assumem relevância na Europa, como as supra-referidas, se podem conformar.

O fortalecimento das regiões de menor densidade, a valorização - preservação das cidades e vilas históricas do interior e sul e, simultaneamente, a criação de mecanismos de atração e fixação de recursos humanos, constituem o desafio maior. Neste contexto, a autenticidade cultural das zonas de interior, o legado patrimonial dos territórios de interior e das cidades históricas deve ser potenciado, no sentido de redefinir a epiderme demográfica e incrementar a deslocação do litoral para o interior e Alentejo. A ligação com estruturas de capacitação profissional e a investigação devem articular-se no sentido de os sectores se promoverem mutuamente, garantindo a perenidade e sustentabilidade.

O impacto multifacetado e precoce que os acelerados desenvolvimentos tecnológicos tiveram nas áreas da Cultura e do Património Cultural proporcionou novas formas de atuação e divulgação, destacando-se a criação de conteúdos em linguagem digital.

As novas tecnologias representam hoje um instrumento generalizado de comunicação e produção de conteúdos, e o seu uso e aplicação são reconhecidamente decisivos para o sucesso das políticas de salvaguarda, valorização e promoção da cultura e do Património.

Portugal chegou cedo a essas tecnologias e está bem posicionado para responder aos processos de digitalização da Cultura e do património cultural, e de transferir recursos para a economia cultural e social.

As atividades económicas ligadas à oferta de serviços culturais, enquadrados na formação técnica e avançada e no turismo cultural de qualidade, podem proporcionar neste segmento oportunidades de desenvolvimento de tecnologia capaz de alavancar novos produtos e linhas de empreendedorismo inovador, ao mesmo tempo que permitem o desenvolvimento disseminado regionalmente.

Os processos de informação e comunicação digital são transversais a todos os segmentos da cultura e do património cultural e difundem-se num processo de escalas múltiplas que implicam tanto os indivíduos como os bens.

A constante alteração de processos e ferramentas digitais levanta, todavia, novas questões envolvendo aspetos políticos e éticos, no que respeita às questões da propriedade, e aspetos operativos relacionados com questões da prática fragmentada dos agentes e das disciplinas, dos tipos de registo e das formas de aquisição de dados e, também, da sua disponibilização nos circuitos e redes de conhecimento e arquivo.

Portugal está bem apetrechado para as ações que visem a salvaguarda e a conservação dos bens culturais e patrimoniais, quer pelos métodos tradicionais quer pelo uso de ferramentas e produtos digitais, incluindo responder às emergências decorrentes dos conflitos de guerra e do tráfico de património artístico, mas, também, de instrumentos de formação nas áreas da conservação e restauro, incluindo linguagens digitais de registo e musealização. Será conveniente tomar medidas que permitam a internacionalização deste sector, no quadro de uma política de diplomacia científica, ajustando as unidades de investigação e demais intervenientes nos trabalhos em curso nos países lusófonos, na Síria e Iraque, na Índia e na China, etc.

A convergência entre investigação em cultura e património cultural - enquadrada por projetos pluridisciplinares e multissetoriais, que criem sinergia entre equipas, nomeadamente entre humanidades, artes, estudos culturais e ciências da comunicação, da computação e da informação, apontados à investigação de práticas e produtos inovadores, novas tecnologias e plataformas digitais, que articulem as componentes social, desenvolvimento territorial, conhecimento e educação - suportará a projeção desta área como base para atividades económicas diversas. A sinergia cultural oferece um colaborativo solidário com potencial de promover a internacionalização das atividades culturais e criativas.

A promoção da língua portuguesa é incontornável no planeamento científico nacional, apresentando-se como um desafio estratégico de acrescida urgência nas suas várias vertentes sublinhando-se a investigação em tecnologia da língua portuguesa com vista à sua preparação tecnológica para a era digital. A língua portuguesa, como elemento diferenciador e partilhado pelos países e comunidades que a usam, constitui-se como uma plataforma colaborativa com forte capacidade de internacionalização do

setor cultural e do património. As designadas indústrias criativas portuguesas ao incorporarem esta dimensão linguística no seu processo de internacionalização *arrastam* mais um elemento diferenciador no competitivo mercado destes produtos.

A interação entre o sector da cultura e património cultural e os sectores da economia, descartada qualquer possibilidade de submissão dos valores e liberdades consagrados pelas atividades culturais e artísticas a qualquer princípio mercantilista, em estreita colaboração com a ciência e tecnologia, apresenta-se como a configuração mais promissora de utilização de fundos comunitários e como o instrumento de diferenciação que comporta sustentabilidade e competitividade nacional e internacional aos sectores da cultura e Património no quadro da diversidade cultural, da valorização do território e na inclusão dos indivíduos.

Os desafios desta Agenda detalham-se em quatro temas enquadradores: Trânsitos Culturais; Identidades e Memórias; Sustentabilidade e Ambientes em Mudança; Processos Criativos, Produção Cultural e Sociedade Plural, Língua, Tecnologias, Cultura Digital e Produção de Valor, cuja solidariedade se apresenta como um estímulo à inovação, à criatividade, à unidade na diversidade e ao desenvolvimento inclusivo do território e das pessoas no quadro nacional e internacional.

Capítulo 3 – As Políticas Públicas e a I&I na Cultura e Património Cultural

3.1 As Políticas Públicas nos últimos 10 anos: temas e impactos

Pese embora a diversidade ideológica que tem sustentado as diferentes estratégias governamentais na área da cultura em Portugal, mesmo nos anos mais recentes, é possível reconhecer-lhes traços comuns. Estão, neste caso, objetivos como a preservação do património; o apoio à criação, produção e difusão cultural; a democratização do acesso à cultura; a descentralização cultural; e a internacionalização da cultura portuguesa¹⁴.

De forma a particularizar o período em análise, 2007-2017, começamos por traçar um breve panorama dos desenvolvimentos e tendências visíveis em 2006 no domínio da cultura, como ponto de partida para os desenvolvimentos concretizados na década seguinte¹⁵:

- Estratégias organizacionais flexíveis, possibilitando a articulação entre vários sectores e recursos (administração central e local, sector privado e terceiro sector);
- Crescente autonomia do poder municipal, ainda que muitas vezes não acompanhada dos recursos necessários;
- Criação ou recuperação de infraestruturas, embora nem sempre este incremento tenha sido acompanhado pela integração de recursos humanos especializados ou por uma programação cultural regular e de qualidade;
- A intensificação dos circuitos de aproximação entre oferta e procura, com o surgimento de novos tipos de eventos de difusão cultural e de novas profissões;
- Fomentação de práticas culturais, através de serviços de formação de públicos para as artes, sobretudo ao nível das escolas mas também ao nível das bibliotecas e dos museus;
- Em termos de internacionalização, a promoção da língua portuguesa e a difusão da cultura portuguesa no estrangeiro e vice-versa;
- Estatutos laborais caracterizados por situações de precariedade, sobressaindo a falta da definição dos estatutos dos diversos profissionais.

Como resultado de várias destas dinâmicas, acompanhadas de um esforço perpetuado ao longo de vários anos, é paradigmática a constituição de redes, nomeadamente:

- a Rede Nacional de Bibliotecas Públicas (em 1986 foi criado o primeiro grupo de trabalho para definir as bases de uma política nacional de leitura pública; atualmente agrega 238 bibliotecas) e
- a Rede Portuguesa de Museus (concebida em 2000 no âmbito de uma Estrutura de Projeto, atualmente com 151 museus).

¹⁴ Garcia, J. L. et al. (2018) “Mapping cultural policy in Portugal: from incentives to crisis”, in International Journal of Cultural Policy, 24:5, 577-593.

¹⁵ Gomes, Rui Telmo; Lourenço, Vanda; Martinho, Teresa Duarte (2006), Entidades culturais e artísticas em Portugal, docs nº 8, Lisboa, Observatório das Actividades Culturais.

Seguidamente analisam-se as iniciativas políticas mais importantes ocorridas no horizonte temporal em destaque nesta secção, o período 2007-2016. Este foi um período em que esteve em vigor o PRACE, modelo de reestruturação da administração central do estado, publicado em março de 2006. Um dos objetivos deste programa foi promover a modernização e a racionalização da administração central. Este programa teve continuidade através do Plano de Redução e Melhoria da Administração Central (PREMAC), cujas linhas gerais foram estabelecidas em 2011. No sector da cultura, as várias medidas legislativas, entretanto estabelecidas, refletiram uma orientação no sentido de dotar de mais eficiência e racionalidade a utilização dos recursos públicos. Possibilitava-se assim o cumprimento do desígnio de redução de despesa pública a que o país estava, então, vinculado. Agrupamo-las pela natureza dos seus conteúdos.

Em primeiro lugar, identificamos que no período em causa as decisões governativas estiveram sobretudo ligadas a novas definições nos modelos organizacionais dos serviços e organismos para a área da Cultura.

A reorganização destas entidades em torno da figura da fusão de instituições já se encontra em 2007 como, por exemplo, com o caso do Instituto dos Museus e da Conservação, I.P., que resulta da fusão do Instituto Português dos Museus e do Instituto Português de Conservação e Restauro. Foi ainda transferida para esta nova instituição a tutela dos Palácios Nacionais, para além de ficarem dependentes do novo instituto vários outros serviços (DL n. 97/2007).

Contudo, em 2012, essa prática surge com uma intensidade maior, seguindo-se alguns exemplos das novas orgânicas institucionais agregadoras:

- o Gabinete de Estratégia, Planeamento e Avaliação Culturais, que sucede nas atribuições de vários serviços (DL n. 47/2012);
- a Biblioteca Nacional de Portugal, que passa a integrar a Biblioteca Pública de Évora (DL n. 78/2012);
- a Direção-Geral do Livro, dos Arquivos e das Bibliotecas, que resulta da fusão da Direção-Geral do Livro e das Bibliotecas com a Direção-Geral dos Arquivos (DL n. 103/2012), ficando com uma série de serviços dependentes;
- as Direções Regionais da Cultura, mantendo-se as do Norte, Centro, Alentejo e Algarve, e extingue-se a de Lisboa e Vale do Tejo. Sucedem nas atribuições de outros serviços, antes de âmbito nacional, dispõem de diversos serviços dependentes e ficam-lhes afetos um conjunto de imóveis (DL n. 114/2012);
- a Direção-Geral do Património Cultural, que sucede nas atribuições de vários serviços (DL n. 115/2012), ficando a dispor de um conjunto de serviços dependentes e de um conjunto de imóveis;

Em segundo lugar, a preocupação pela salvaguarda e recuperação do património cultural. O ano de 2009 teve várias iniciativas nesse domínio, destacando-se: a criação do Fundo de Salvaguarda do Património Cultural (DL n.138/2009), com o objetivo de dinamizar um fundo público para os bens culturais; o estabelecimento de um regime jurídico de salvaguarda do património cultural imaterial (DL n.139/2009); e o Programa de Recuperação do Património Classificado (PRPC), também denominado Programa Cheque-Obra (RCM 70/2009), orientado por um modelo baseado numa parceria voluntária, de natureza mecenática, do sector privado com o Estado, tendo em conta o interesse público.

Em terceiro lugar, as linhas políticas de carácter mais estratégico definidas neste período. Em 2008, a estratégia global para o reconhecimento da importância cultural da língua portuguesa no mundo, a par

do seu valor geoestratégico e económico (RCM n. 188/2008). Em 2015, a Política Nacional de Arquitetura e Paisagem (RCM n. 45/2015), resultante dos compromissos internacionais assumidos. Por fundamento, a valorização das implicações que decorrem da arquitetura e da paisagem, em termos de sustentabilidade ambiental, económica, social e cultural. Em 2016, afirma-se politicamente a importância da internacionalização da cultura portuguesa, nas suas múltiplas vertentes: património e criação contemporânea, indo da literatura à música e ao cinema, das artes performativas às artes plásticas e visuais, através de atividades de mediação, de estudo, de conservação, de difusão e de fruição (RCM n. 70/2016). O vetor mais importante desta resolução será a ideia de concretizar a coordenação da ação dos vários serviços públicos com competências na área da cultura. Anualmente, passará a ser aprovado um programa indicativo da ação cultural externa, por despacho dos membros do governo responsáveis pelas áreas dos negócios estrangeiros, das finanças e da cultura (último publicado, 2019).

A estrutura atual (em 2019) do Ministério da Cultura, para além dos seus serviços transversais e regionais, espelha os núcleos de ação fundamentais das políticas culturais que, ao longo do tempo, se foram consolidando, ora dando origem a setores mais autónomos ora tendendo a agregá-los (como se passou na década que acabámos de analisar):

- O património cultural, designadamente o património edificado urbano, arquitectónico e arqueológico, o património móvel, o património imaterial, os museus e monumentos – a cargo da Direção-Geral do Património Cultural;
- O património documental representativo da história e cultura portuguesas – responsabilidade da Biblioteca Nacional de Portugal –, os arquivos e a política integrada do livro não escolar, das bibliotecas e da leitura – da responsabilidade da Direção-Geral do Livro, dos Arquivos e das Bibliotecas;
- As artes performativas: o bailado – ao cuidado da Companhia Nacional de Bailado; o teatro – consoante as vertentes de atividade, está a cargo do Teatro Nacional D. Maria II ou do Teatro Nacional São João); a ópera e a música coral e sinfónica – sob os cuidados do Teatro Nacional de S. Carlos;
- O cinema (que, consoante as vertentes de atividade, está a cargo da Cinemateca Portuguesa – Museu do Cinema ou do Instituto do Cinema e do Audiovisual, I.P.);
- A promoção e qualificação da criação artística e a sua fruição universal, nas suas várias dimensões (funções da Direção Geral das Artes).

3.2 Desafios para a agenda de investigação e inovação

A atual política da cultura coloca uma série de desafios à investigação científica e à inovação. Complementarmente, os recursos materiais mais recentemente canalizados para este sector, nomeadamente novas plataformas e infraestruturas, constituem-se como novas oportunidades para a realização de I&I.

Um dos exemplos mais emblemáticos é o programa *Museus no Futuro* que resulta da necessidade de preparar, de modo abrangente e participado, a estratégia de adaptação dos museus às transformações sociais e económicas, presentes e futuras, do país e do mundo. Para tal foi criado um grupo de projeto com a missão de identificar prioridades, conceber e propor linhas de ação para o futuro dos museus,

que contribuam para a sustentabilidade, a acessibilidade, a inovação e a relevância dos museus (RCM nº 35/2019).

Para favorecer a concretização de projetos que importem mais-valias para a cultura, o património, a economia e o turismo, foi estabelecido um novo regime de autonomia de gestão para os museus, monumentos e palácios. Neste contexto, fomentar-se-á o estabelecimento de parcerias com diversas entidades, públicas e privadas, e com a sociedade civil, valorizando o papel destas instituições enquanto instituições com ligações estreitas ao território e às comunidades onde se inserem. Pretende-se também progredir na angariação de novos públicos através do reforço da programação destas instituições e sítios arqueológicos, e apostando na investigação, no conhecimento, na conservação e na divulgação do potencial patrimonial do país. Como ação facilitadora é ainda criado o Conselho Geral dos Museus, Monumentos e Palácios. Este tem como objetivo estrutural promover o trabalho em rede e fomentar parcerias no sector.

Outra iniciativa para a qual terá de haver um forte contributo da I&I ligada às Artes & Humanidades, em interligação com outros domínios do conhecimento, é a criação do Arquivo Sonoro Nacional (Resolução da Assembleia da República n.º 79/2018), que tem por missão a salvaguarda e projeção do património sonoro, musical e radiofónico português. Pretende-se dotar o país de uma infra-estrutura com as condições tecnológicas adequadas à preservação, estudo e divulgação pública do património fonográfico português, marca fundamental da identidade e diversidade cultural nacionais.

O reforço do financiamento do ANIM - Arquivo Nacional das Imagens em Movimento (Resolução da Assembleia da República n.º 209/2018) também indicia um reforço das atividades neste sector, para o que será expectável um suporte de I&I.

Elaborado com um horizonte de 10 anos, sobressai o Plano Nacional das Artes 2019-2029. Esta estratégia visa responder à necessidade de organizar e conjugar todas as iniciativas existentes vocacionadas para a comunidade, designadamente o Programa Rede de Bibliotecas Escolares, o Plano Nacional de Cinema (criado em 2013), o Programa de Educação Estética e Artística, o Plano Nacional de Leitura 2017-2027, a Rede Portuguesa de Museus, bem como outros programas dispersos ligados a várias áreas artísticas.

Outros sectores culturais estão ainda considerados como importantes (orquestras, nomeadamente as regionais; turismo e cinema; Caminho de Santiago; ...) sendo todos eles carentes de uma I&I tematicamente diversificada, que se espera vir a ser capaz de fundamentar todos os desafios culturais. A articulação com a tecnologia é uma das apostas que necessariamente terá de contar com investimento, de recursos financeiros e humanos. Os resultados da parceria entre a cultura e a Google – Plataforma Portugal, Arte e Património, da *Google Arts and Culture* – são muito animadores: mais de três mil obras do património português já estão disponíveis, graças à colaboração de 22 instituições ligadas à cultura e ao património português.

PARTE II

Capítulo 4 – Agenda de investigação e Inovação

Adiante a análise incide em torno de quatro subtemas estruturantes a partir dos quais se analisam desafios e linhas de investigação numa perspetiva de médio e longo prazo (2030), a saber:

- Trânsitos culturais, identidades e memórias
- Sustentabilidade e ambientes em mudança
- Processos criativos, produção cultural e sociedade plural
- Língua, tecnologias, cultura digital e produção de valor

4.1 Trânsitos culturais, identidades e memórias

4.1.1 Desafios e objetivos para Portugal até 2030

Os fluxos de migração e o crescimento das comunidades transnacionais constituem um desafio com o qual o país e a Europa continuarão a confrontar-se no futuro. Um tal desafio suscita a oportunidade de se problematizarem os efeitos de novas diásporas sobre as identidades e as memórias sociais:

- De que forma os trânsitos culturais reconstroem as identidades quando supostas unidades identitárias são sobrelevadas pela diferença e disjunção?
- Como se reinventam as memórias culturais em processos de transculturação?
- Quais as ameaças que o terrorismo coloca ao património e às memórias culturais?
- Quais os impactos da maior vaga de refugiados desde a II Guerra Mundial na identidade cultural da Europa?

A transmissão está no centro das abordagens antropológicas da memória e das identidades. Na última década, as investigações produzidas acentuaram as críticas à patrimonialização da cultura, por ser recorrentemente tomada como um instrumento ideológico da memória, alimentando imaginários de improváveis autenticidades, relicários de identidades cristalizadas. Na linha das abordagens críticas à patrimonialização da cultura, que tendencialmente circunscrita quer a limites históricos nacionais, quer a comunidades específicas e emergentes, descomprimem-se as interpretações e representações de património cultural, antevendo-se, entre os sinais de mudança, a criação de fundações de património baseadas nos lugares de origem das pessoas e na criação de museus da migração (*JPI Cultural Heritage and Global Change Strategic Research Agenda* (2009-2010: p. 64)). Não se podendo subvalorizar as complexidades do jogo memorial e identitário, novos campos de investigação se abrem ao futuro:

- Que novas configurações assumirão os trânsitos culturais e como é que neles se jogarão memórias e identidades mutáveis, fragmentadas, eletivas e plurais, como é próprio da contemporaneidade?

- Qual o lugar das heranças culturais nesta nova abordagem da construção identitária, assente no questionamento dos novos trânsitos?
- Qual o papel da cultura popular dos saber fazer ancestrais no diálogo com o tempo presente?
- De que maneira pode uma constelação de lugares patrimoniais, incluindo campos arqueológicos e ruínas, ser redescoberta e integrada nos mapas culturais contemporâneos, à luz de uma perspectiva que pretende recuperar heranças ocultadas ou denegridas e enfatiza os trânsitos e as migrações culturais?
- De que forma podem uma leitura presente das heranças culturais nacionais, que inclua sujeitos excluídos por anteriores processos de patrimonialização em função de categorias como as 'género' e 'raça', e políticas concebidas à luz dessa leitura integrativa, contribuir para um sentimento de pertença coletivo?

As pesquisas até agora realizadas sugerem que a globalização cultural tem efeitos desterritorializantes, subvertendo modelos que fixam a cultura em heranças essencializadas e homogeneizantes. A convenção para a salvaguarda do património cultural imaterial, firmada pela UNESCO em 2003, propunha uma definição estática do património cultural imaterial (Artigo 2º) onde "as práticas, representações, expressões, conhecimentos e competências – bem como os instrumentos, objetos, artefactos e espaços culturais que lhes estão associados" – aparecem arreigados a "comunidades" e a "grupos", dando-lhes "um sentido de identidade e continuidade". Esta definição estática do património, sobretudo criticável quando aplicada ao chamado património imaterial, não se desvinculou ainda da ideia que se tem de património (matéria, objeto, monumento, território). Perde-se, desse modo, a dimensão relacional e comunicativa que caracteriza o património. No futuro, esta dimensão relacional e comunicativa deverá ser necessariamente contemplada ao considerarem-se os trânsitos culturais nas engrenagens do tempo histórico.

Os horizontes de pesquisa que se abrem aos trânsitos culturais não devem, pois, ser desconsiderados numa futura agenda Estratégica de Investigação e Inovação. Aliás, por efeito do desenvolvimento das novas tecnologias de informação e comunicação, os trânsitos culturais galgam fronteiras geográficas, permitindo também questionar fronteiras do preconceito e criando novos desafios para a investigação desses processos, novas oportunidades no jogo da oferta e procura culturais, novas *chances* de inclusão social.

O património imaterial, pela sua natureza, não tem sido ainda dotado de ferramentas digitais que auxiliem quer na sua preservação quer na sua disseminação, respondendo à tendência para a digitalização da sociedade, apontada na *JPI Cultural Heritage and Global Change Strategic Research Agenda* (2009-2010: p. 61).

Olhar para o futuro colocará a Portugal o desafio de uma ressignificação da área cultural, tendo em mira a sua projeção a uma escala internacional, valorizada, como deve ser, como um verdadeiro património (veja-se o exemplo da língua portuguesa). Encarar a cultura como património é um objetivo de mais largo alcance do que o da patrimonialização da cultura quando conducente à sua reificação.

Apontado, desde 2008 (*EPOCH Research Agenda for the Applications of ICT to Cultural Heritage*, pp. 29-30), como um domínio em que os grandes desafios se estendem para lá de 2015, o património imaterial ganha em incorporar, nas abordagens interdisciplinares de que deve ser alvo, contributos da área das Humanidades, com destaque para as línguas e literaturas (modernas e clássicas), história, antropologia,

estudos comparativos de religião e ética, geografia cultural e estudos sobre o meio humano (Ibidem, p. 34).

No recente relatório da UNESCO *World Heritage in Europe Today* (2016: p. 83), aponta-se como solução para a valorização dos patrimónios mundiais materiais e paisagísticos a criação de fundações nacionais (conjugando os setores público e privado), visando a obtenção de fundos destinados à sua proteção. Atendendo a que o património imaterial, por não se ligar a “espaços” tangíveis, tem dificuldade em gerar o aumento de rendimentos próprios, compreende-se que uma estratégia idêntica seja equacionada para obstar às dificuldades acrescidas com que esta área se debate no âmbito da sustentabilidade económica.

Por outro lado, conforme sugerido em *JPI Cultural Heritage and Global Change Strategic Research Agenda* (2009-2010: p. 31), o excessivo aumento de pressão turística sobre os mais populares espaços patrimonializados, encontra uma resposta à sua sustentabilidade e preservação na “patrimonialização” de outros lugares ainda pouco aproveitados nessa dimensão (bibliotecas, arquivos e pequenos museus e museus orgânicos).

4.1.2 Principais desenvolvimentos científicos nos últimos dez anos

Com uma produção diversificada, a investigação centrada no subtema trânsitos culturais, identidades e memórias tem dado prioridade às construções identitárias e memoriais. Tempos socialmente convulsos e efeitos da globalização originaram o agendamento de pesquisas que tendem a reafirmar as especificidades locais e identitárias, bem como o reconhecimento das heranças e memórias culturais. Por outro lado, as evocações e comemorações têm dado origem à realização de múltiplas iniciativas, um pouco por toda a Europa, a que Portugal se tem associado, participando na disponibilização *online*, em acesso aberto, de conteúdos que ajudam a reconstruir o próprio património europeu¹⁶.

Nesta linha de orientação, têm sido desenvolvidas pesquisas com metodologias predominantemente qualitativas (biográficas, etnográficas, investigação-ação) e posicionamentos teóricos filiados nos paradigmas do multiculturalismo e da interculturalidade, ancorados a uma epistemologia cívica (na linha da Convenção sobre a Proteção e Promoção da Diversidade das Expressões Culturais, lançada pela UNESCO em 2005). Os resultados obtidos têm contribuído para uma relativa despatologização das diferenças culturais, dando abertura à promoção de convivências multiculturais e cidadanias interculturais.

Em consequência, os quadros teóricos mais consolidados, por há mais tempo serem convocados e debatidos, surgem no estudo das identidades e memórias. Têm sido pesquisadas identidades étnicas, religiosas e nacionais na diáspora, identidades em contextos pós-coloniais, identidades e políticas de pertença, etnicidades, identidades geracionais e de género, identidades musicais e identidades de resistência e marginalidade. Em algumas destas iniciativas as comunidades implicadas têm sido convocadas para participar, registando a sua história, num ideal de ciência cidadã e educação permanente, cuja ideia central é a aproximação da universidade à comunidade. Por outro lado, têm sido contempladas memórias e pós-memórias de passados pós-coloniais, políticas da memória, memórias na

¹⁶ No âmbito da preservação de memórias individuais, refira-se o trabalho que tem vindo a ser desenvolvido no âmbito da evocação do centenário da I Guerra Mundial, destacando a iniciativa “Memórias da I Guerra Mundial (portugal1914.org), o projecto “Europeana 1914-1918” ou a plataforma “Europeana Sounds”, liderada pela British Library.

era digital, havendo também uma preocupação no registo das memórias, em particular no que se refere à gestão e prova de memórias perdidas, memórias orais, memórias etnografadas.

Neste domínio específico importa sublinhar as preocupações crescentes com os planos de digitalização de coleções documentais de arquivos e museus, o acesso aberto, a disponibilização de enormes quantidades de dados – *big data* – e o respetivo impacto na forma como se produz e como se passará, num futuro próximo, a produzir conhecimento. Verifica-se a perceção da existência de riscos em torno da preservação de documentos e objetos cujo único suporte é o digital; um tópico co-relacionado é o das vulnerabilidades da língua portuguesa na sociedade digital.

Recensearam-se também estudos sobre o património material e imaterial, com referenciais empíricos centrados em objetos, lugares, rituais e performances. Outras pesquisas, mais focadas em políticas culturais locais e nacionais, evidenciaram a defesa do património como um dos principais eixos dos modelos de governação da cultura. Tal segmento de estudos revelou, nas décadas mais recentes, a crescente conjugação do setor da cultura com outras políticas públicas, em torno da inclusão social, da requalificação urbana e do turismo. Recorrentemente de recorte empírico localizado, surgiram ainda mapeamentos de agentes e instituições culturais, estudos sobre a promoção da cidadania em comunidades urbanas e pesquisas sobre a produção artística, especialmente nas periferias urbanas.

Mais recentemente, emergiu uma significativa problematização teórica em torno dos trânsitos culturais, dando-se um giro de agendamento temático com o surgimento de pesquisas sobre estruturações étnicas e conexões transnacionais; processos de produção, mobilização e circulação da cultura; património alimentar, religioso, e trajetos geográfico-sociais; migrações, transnacionalismo e cosmopolitismo. A cultura passou também a ser considerada uma área relevante para o desenvolvimento sustentável, na linha das propostas da *COST Action (European Cooperation in Science and Technology)*, surgindo projetos sobre a mercantilização da cultura, sobretudo no domínio do turismo. Neste caso os trânsitos aparecem sobretudo circunscritos a exposições itinerantes, rotas turísticas e itinerários culturais. Têm aparecido estudos sobre o impacto económico e o valor da cultura (*cultural economics*) e em que a transferência de conhecimento não deve ser encarada como um fim em si mesmo.

Quanto às tendências metodológicas, de orientação predominantemente qualitativa, embora haja o reconhecimento da valia dos projetos interdisciplinares (EPOCH Research Agenda), em Portugal os recortes disciplinares são mais rígidos, não impedindo, todavia, a participação de muitos investigadores em redes internacionais de intercâmbio e produção científica, de cunho mais interdisciplinar. Já do ponto de vista teórico, e considerando os marcos centrais da evolução do subtema ao longo da última década, os horizontes de pesquisa abrem-se a significativas mudanças de paradigma. As armadilhas metodológicas do presentismo, reconhecidas pelos próprios defensores dos *live methods*, lançam o desafio de nos livrarmos do aprisionamento ao tempo curto, daquele tempo que tende a reificar e a essencializar a cultura, imobilizando-a no aqui e agora. No futuro próximo há que desenvolver e consolidar paradigmas de conhecimento que permitam analisar a cultura nas engrenagens do tempo histórico, em seus trânsitos culturais.

4.1.3 Questões-chave para uma agenda de Investigação

Os trânsitos culturais são cada vez mais multisituados, transversais, globalizados. Nesta medida, a agenda de investigação não deve apenas contemplar o património cultural, importa que também valorize a cultura como património, as artes do fazer cultural e do saber fazer que escapam às perspectivas metaculturais. Esta é uma questão-chave para contornar estereótipos unificadores e universalistas que, ao fixarem padrões culturais, desvalorizam ou anulam a diversidade e a criatividade culturais. À fixidez do cultural deve contrapor-se o paradigma de trânsito cultural, muito mais aberto à compreensão e dinamização dos processos de partilha e reinvenção cultural. Nesse sentido, as identidades e memórias necessitam ser reequacionadas à luz da noção de trânsitos espaço-temporais, nas perspectivas sincrónica e diacrónica.

Na contemporaneidade, assistimos à emergência de conflitos sociais decorrentes de crescentes tensões raciais, étnicas e religiosas. Num cenário de identidades deslocadas e fragmentadas, em que sentido poderão rodar os trânsitos culturais? No do exacerbamento ou esbatimento dessas tensões? Qual o lugar da cultura como fator de pacificação social? A promoção de uma cidadania cultural passa necessariamente por uma educação orientada por valores de partilha para que a cultura possa ser reinventada como um bem coletivo.

O desafio? O de tomarmos os trânsitos culturais como uma oportunidade para que neles possamos transitar – como investigadores, como agentes culturais ou como cidadãos comuns – numa envolvência estética, sensível e subjetivamente libertadora. Importa então debater um novo paradigma, o de trânsito cultural, onde o conceito de transmissão (com o objetivo de preservar) se acoplará ao de disseminação (com o objetivo de conectar) e ao de inovação (com o objetivo de criar). As mudanças e desafios sociais em curso exigem uma estreita cooperação entre investigação e inovação e o desenvolvimento de novos trilhos de intervenção cultural.

4.1.4 Fatores críticos para o desenvolvimento futuro

Trânsitos culturais e circuitos de informação e comunicação, crescentemente tecnologizados, expandiram-se a tal ponto que não podem deixar de ser equacionados como eixos estratégicos tanto para a investigação quanto para as políticas culturais. No entanto, o relatório da UNESCO que traça o balanço de uma década de políticas promotoras da diversidade das expressões culturais (*Convention Global Report*, Unesco, 2015), embora sinalizando importantes avanços, evidencia uma reduzida circulação das produções culturais, desde logo as mais periféricas. Ou seja, a expansão das plataformas web está muito aquém do possível e desejável, não tendo até agora garantido, satisfatoriamente, uma maior visibilidade à diversidade de conteúdos e expressões culturais. Pesquisas realizadas a nível local também não têm tido uma devida projeção, impossibilitando uma troca de experiências e resultados, um trabalho em rede, uma mobilidade transnacional. De notar que os fenómenos da “periferialização” não atingem apenas contextos culturais e patrimoniais contemporâneos, mas também áreas do conhecimento estruturantes da memória e identidade coletivas (os “clássicos” da literatura, da filosofia, do pensamento político e histórico, das artes, entre outros).

Como alcançar uma nova ordem cultural pautada por crescentes intercâmbios culturais? Há dinâmicas que requerem a devida atenção, bem como potenciais campos de investigação em aberto:

* Políticas culturais alinhadas com a afirmação de uma cidadania cultural, promotora do bem-estar social. Para o efeito há que dinamizar espaços culturais compartilhados, envolvendo as comunidades locais na produção, circulação e receção da cultura, reflexivamente partilhada em sua diversidade (música, dança, cantos, teatro, arte, gastronomia, exposições, performances, tradições, mitos, saberes populares, etc.). As comunidades locais a envolver incluem imigrantes e também emigrantes regressados, cujas experiências e memórias podem ser investidas em reconstituição de trilhos e percursos culturais.

* Cooperação em rede dos produtores culturais, tomando a cultura, a criatividade e a diversidade cultural como um eixo central do desenvolvimento sustentável (*United Nations Sustainable Development Agenda for 2030*), o que implica integrar a cultura nos planos nacionais de desenvolvimento, fortalecendo os mais dinâmicos sectores culturais e criativos, fazendo também circular informações relevante sobre as políticas culturais mais inovadoras.

Uma vez que também as políticas culturais têm defendido e promovido a mobilidade de artistas e profissionais da cultura no espaço europeu e noutros territórios, é necessário estudar com regularidade os fluxos gerados, os seus sentidos e significados: para além de eventuais impactos económicos, que outras apropriações se observam, designadamente nas opções artísticas quanto a repertórios e (re)composição dos elencos, sobretudo quando se está em presença de artes com forte natureza colectiva (teatro, dança, música, entre outras)?

Quanto à experiência de participação dos municípios portugueses em redes e outras modalidades de contactos intermunicipais, como as gemações, avista-se a necessidade de proceder a um acompanhamento sistematizado deste tipo de intercâmbios, pela importância enquanto veículos de aproximação e fortalecimento de relações entre cidades portuguesas e outras, quer europeias quer da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP). O tema assume acrescida relevância num contexto em que as políticas culturais desenvolvem-se na interação com fluxos provenientes das dimensões nacionais, globais, regionais e locais.

* Apoio à investigação inovadora e à exploração de novas plataformas de circulação do conhecimento e divulgação da cultura, sem descuidar a atração de novos públicos. Para o efeito há que garantir acesso aberto aos acervos reunidos em formato digital (ex: e-arquivos orais, documentais e audiovisuais de expressões culturais multisituadas e entrecruzadas), assegurando que investigação e produção cultural possam difundir-se, tendo também em conta os benefícios decorrentes, de natureza económica e social (criação de emprego, democratização do acesso à cultura, bem-estar e inclusão social). O uso de recursos digitais reafirma-se como veículo importante da transmissão de conhecimento aprofundado sobre o património imaterial e as memórias, através da criação de museus digitais.

* Reflexão sobre trânsitos culturais na era digital e modelos de gestão da cultura. Com efeito, acentua-se a importância de aproximar cada vez mais as novas tecnologias de informação aos trânsitos e memórias culturais. De facto, a inserção de patrimónios materiais e imateriais em suportes e ambientes digitais requer atenção e reflexão em torno das condições e dos recursos tecnológicos disponíveis, por um lado, e da regulação da propriedade intelectual, por outro lado. No processo de digitalização intervêm diversos fatores que podem, contrariamente ao pretendido e desejável, escavar a homogeneização cultural, sendo importante: i) garantir critérios amplos e plurais na seleção de conteúdos a migrar para o ambiente digital; ii) assegurar sistemas e infraestruturas informacionais

compatíveis, que preservem a digitalização, de modo a evitar a erosão de alguns conteúdos e a prevenir a hegemonia de outros; iii) reforçar importância de proteger a cultura num cenário em que a legislação da propriedade intelectual ainda se encontra em desacordo com o carácter potencialmente aberto e equitativo da internet, prevalecendo, entretanto, um modelo de distribuição assente na desregulação.

* Formação especializada no domínio da animação, gestão, investigação, produção, programação e disseminação cultural, com a constituição de equipas multidisciplinares que assegurem o desenvolvimento de métodos e instrumentos de avaliação do impacto social e económico das políticas culturais. Trata-se de enfrentar e ultrapassar pontos fracos inventariados também em *JPI Cultural Heritage and Global Change Strategic Research Agenda* (2009-2010: p. 65), no referente ao património material mas detectáveis igualmente no área do património intangível, como a falta de inter- e transdisciplinaridade ou o financiamento inadequado à concretização de projetos. Só desse modo se alcançará uma real metamorfose do valor cultural na sociedade contemporânea.

4.2 Sustentabilidade e ambientes em mudança

A crise financeira e económica global que se tem atravessado tem levado a que a proteção e valorização do Património Cultural não sejam encaradas como primeira prioridade para o investimento. No entanto, desde a Declaração de Helsínquia, em 1996, tornou-se bem compreendida a dimensão política e social da cultura e do património cultural e o seu papel no desenvolvimento sustentável, nomeadamente no que concerne o seu acesso generalizado, o reconhecimento colectivo de autenticidade e a representação da diversidade. Com efeito, a Cultura e o Património Cultural fazem parte integrante da identidade de um país, concedendo-lhe um sentimento de pertença fundados em leituras da sua história e reportadas através de seu património. Mas a importância da cultura e do património cultural vai além do seu significado simbólico. Podem ser, também, um forte impulsionador da economia constituindo uma importante mais-valia das sociedades modernas, especialmente no presente contexto pós- industrial.

A importância da Cultura e do Património Cultural torna-se mais elevada quando a estrutura industrial e económica de um País é fraca, como é o caso de Portugal. Paradoxalmente, a falta de recursos financeiros para a sua modernização foi um fator de proteção que permitiu a preservação da autenticidade das várias expressões tangíveis e intangíveis do seu património cultural e natural. É fundamental preservar e valorizar esse legado, sublinhando o seu papel na identidade cultural, e projetando-o como base para atividades económicas.

4.2.1 Desafios e objetivos para Portugal até 2030

Portugal, a Europa e o mundo neste novo milénio confrontam-se com desafios importantes que resultam quer de desenvolvimentos tecnológicos, quer de alterações sociais, demográficas, geopolíticas ou climáticas.

Do ponto de vista dos desenvolvimentos tecnológicos, a digitalização de informação, de processos ou mesmo a criação direta de conteúdos digitais, que Portugal tem implementado de uma forma precoce, levantam novas questões, quer do ponto de vista operativo, quer do ponto de vista político e ético.

Por um lado, uma questão de propriedade, quando a digitalização de elementos de valor cultural os tornam propriedade de quem os digitaliza (idêntico ao que sucede com o material físico colocado em arquivos, mas sem a sua estrita necessidade). Por outro lado, quando a manutenção da existência e do usufruto dos elementos culturais e patrimoniais está dependente da conservação dos mesmos pressupostos tecnológicos que foram usados na sua criação, ou custos constantes da sua atualização.

Do ponto de vista das mudanças demográficas, decorrentes de conflitos, de desastres naturais, ou mesmo de rápida evolução económica (afluxo a zonas urbanas), várias questões se colocam de uma forma nova:

- ✓ Como se gere o bem patrimonial, ou mesmo o que se considera património, num lugar e num tempo?
- ✓ Como cuidamos a relação entre o uso que se faz do património e os valores ou crenças das populações que deram origem a esse mesmo património (questões religiosas, étnicas, culturais, etc...)?
- ✓ O que se escolhe para representar a nossa cultura e o nosso património? E como se escolhe (quando já não existe uma coincidência entre os valores culturais históricos e atuais)?
- ✓ Como se integram os contributos das novas populações?
- ✓ Como se regista, ou quem regista, o património que está a ser produzido atualmente?

Acresce a esta situação a noção de que restaurar um bem cultural (no sentido de repor alguns dos valores perdidos) implica em primeiro lugar a alteração da perceção que a comunidade tem do mesmo. Nesse sentido, um desafio será como explicar à população para que se orgulhem e protejam a sua cultura e o seu património ou visitem de forma responsável e apreciem o que é alheio?

Mas se a perceção cultural tem uma importância capital, só a existência do bem patrimonial permite que o mesmo possa ser recuperado culturalmente; se desaparecerem, já não podem. Neste contexto torna-se crucial a integração de várias áreas de saber que permitam compreender o contexto cronológico e sócio-cultural por um lado e, por outro, estudar a sua materialidade, compreender os mecanismos de degradação e permitir desenvolver estratégias, técnicas e materiais para a sua sobrevivência secular. Um dos desafios que se coloca é pois o desenvolvimento de técnicas seculares que resistam aos fatores climáticos, alterados, ou não, que sejam inócuos, que reponham a durabilidade esperada dos materiais originais. O que os agride; como atuar, como parar a agressão ou retardá-la? Como repor a durabilidade do material sem comprometer a imagem? Como o fazer com uma durabilidade de dez gerações, pelo menos, a um preço razoável?

A avaliação de risco será certamente um aspeto a considerar, não só pelas atuais alterações climáticas que poderão representar desafios para as regiões costeiras ou os leitos de cheia mas acima de tudo pela atividade sísmica. Deste modo, será premente um diagnóstico e investigação que permita avaliar o património nacional e responder a questões: o que está em risco? Objetivamente como se pode medir esse risco? O que queremos preservar indefinidamente? Quanto estamos dispostos a pagar? O que se pode fazer a esse preço?

Finalmente, um dos desafios que se colocam é entender a cultura e o património desde uma perspetiva atual, compreensiva, distinta da ótica mais tradicional e administrativa, reunindo as dimensões culturais e naturais, que, durante muito tempo, evoluíram em percursos paralelos. A característica mais marcante desta mudança é o afastamento progressivo de uma visão tradicional centrada na singularidade do bem cultural e patrimonial e na sua proteção para uma abordagem mais ampla de património territorial enquanto conjunto de elementos significativos, recursos naturais e culturais no território, articulados

entre si, com um uso social e valorização adequada e sustentável. Nesta perspetiva, a cultura e o património não são uma mera adição de elementos não relacionados mas antes um sistema territorial, produto da relação do Homem com o território.

É necessário pois criar novos modelos de gestão e conservação baseados em novas técnicas para o acompanhamento e avaliação de ações em rede, melhoramento da eficiência dos recursos e rentabilização económica e social.

Deste modo, consideram-se os seguintes objetivos principais:

- Desenvolver investigação transdisciplinar e interinstitucional com capacidade de integrar recursos humanos altamente qualificados e com forte envolvimento e impacto social;
- Desenvolver investigação que contribua para o desenvolvimento sustentável dos territórios através da valorização da sua cultura e do seu património cultural e natural;
- Desenvolver investigação sobre os materiais e os mecanismos de degradação de bens patrimoniais, sobre novos materiais e sobre técnicas de tratamento e mitigação, que permitam criar estratégias de conservação eficientes e duradoras capazes de responder às reais necessidades do setor;
- Implementar estratégias de valorização e comunicação da cultura e do património cultural através do seu conhecimento.

4.2.2 Principais desenvolvimentos científicos nos últimos dez anos

A introdução e implementação dos conteúdos digitais na sociedade, inicialmente em grupos mais restritos, mas atualmente alargada a todos os estratos sociais, culturais e económicos, levam a que a forma como se analisam, promovem e se utilizam os bens culturais se tenha alterado fortemente na última década. Do ponto de vista dos desenvolvimentos técnicos e tecnológicos, com aplicação direta ou indireta aos conteúdos culturais, podemos referir:

- Alargamento das redes de infraestruturas de comunicação e aumento da sua largura de banda;
- Disponibilização de um conjunto cada vez mais potente de ferramentas de aquisição de dados, tratamento e restituição digital (gravação áudio, gravação vídeo, fotografia e vídeo imersivo digitalizações, fotogrametria, varrimento Laser, termografia, fotografia multiespectral, etc...);
- Implementação sistemática de trabalhos de digitalização de bens culturais (ex. trabalho do Cyark) que permite a preservação da sua memória ou a sua reprodução em caso de destruição (decorrente de conflito armado, terrorismo, ou catástrofe natural)
- Desenvolvimento de ferramentas de produção digital (impressão 3D, fabricação robótica, etc.) que podem ser utilizadas na criação de réplicas de elementos necessários à legibilidade do bem cultural;
- Desenvolvimento de sistemas de realidade virtual e realidade aumentada, com aplicação direta à divulgação do bem cultural, e já implementadas com sucesso em alguns casos (ex. Capela Sistina, Catacumbas, etc..)
- Desenvolvimento das TIC aplicadas ao património e ao turismo, designadamente ao nível de aplicações livres ou de baixo custo;

- Acesso das populações, de uma forma alargada, a suportes tecnológicos (hardware e software) de reprodução de informação digital (computadores, smartphones, etc) que permitem equacionar novas formas de acesso à cultura e ao património;
- Desenvolvimento de novas formas de diagnóstico não-invasivo e não destrutivo, que permitem planear a intervenção no bem cultural de um modo mais informado.

Nos últimos 10 anos tem-se verificado a integração das ciências físicas, químicas e biológicas no estudo material de bens patrimoniais, seja numa perspetiva de conhecimento dos comportamentos socio-económicos das civilizações do passado (estudos arqueométricos), seja em estudos que visam o conhecimento das técnicas de produção artística e/ou tradicionais ou ainda na avaliação do estado de conservação, compreensão dos mecanismos de deterioração e desenvolvimento de soluções e produtos para a sua conservação. Esta abordagem é sustentada pela existência de centros de I&D de referência com uma nova visão sobre o papel fundamental das várias áreas do conhecimento no desenvolvimento de estudos integrados de bens patrimoniais e culturais.

Complementarmente, a criação em 2014 do Roteiro Nacional de Infraestruturas de Investigação de Interesse Estratégico que conta com 4 infraestruturas de I&D na área da Cultura e Património Cultural (CLARIN, ERIHS.PT, PRISC e ROSSIO) reflete o esforço de articulação da comunidade científica nacional neste domínio, e o seu recente financiamento tem permitido criar mecanismos de operacionalização entre estas e a sociedade. De salientar, o enfoque destas infraestruturas na problemática das tecnologias e conteúdos digitais e do acesso à informação. Finalmente, a participação em diversas redes internacionais é uma realidade, sendo de realçar a participação das infraestruturas nacionais nas infraestruturas do ESFRI (*European Science Forum on Research Infrastructures*): DARIAH, CLARIN e ERIHS.

4.2.3 Questões-chave para uma agenda de investigação

Como questões chave a atender numa agenda de investigação e inovação que pretende elencar prioridades com um horizonte de mais de uma década, a que se apresenta como mais determinante será a instituição de mecanismos de reavaliação periódica que possam refocalizar e recentrar objetivos à medida que as condições se alteram. Se vivemos num mundo em que a mudança acontece com celeridade cada vez maior (alterações climáticas, mudanças demográficas, instabilidade política e económica, etc), os objetos e objetivos de investigação, as ferramentas e métodos usados, bem como os mecanismos de divulgação devem refletir essa mudança. Neste sentido, considera-se importante a criação de *um Observatório sobre Ciência, Cultura e Património Cultural* que seja um instrumento de interação e articulação entre investigadores/unidades de I&D, entidades administrativas, agentes sociais e empresas focada na resposta aos desafios societais,

Atualmente, a investigação sobre o património cultural é usualmente fragmentada entre tipos de bens, campos disciplinares e suportes físicos. Assim, outro dos aspetos importantes é o estabelecimento de ligações entre o património cultural tangível, intangível e digital. Esbater as barreiras disciplinares e promover investigação que aposte no cruzamento de diferentes perspetivas e abordagens, que promovam uma visão integradora e abrangente. Objetos, artefactos, tradições, edifícios não podem ser entendidos isolados, analisados ou valorizados por si próprios, mas integrados num todo cultural que os criou ou lhes deu sentido.

Consideram-se ainda apostas importantes de uma agenda de investigação as que promovam:

- Desenvolvimento de novos materiais (incluindo nanomateriais e biomateriais), tecnologias e procedimentos para manutenção e conservação do património cultural (tendo em vista a análise, proteção, exposição, conservação e restauro do património cultural, incluindo património contemporâneo e industrial);
- Desenvolvimento de metodologias e técnicas de análise e diagnóstico não invasivas e não destrutivas para património cultural móvel e imóvel;
- A compreensão e a modelização dos fenómenos de degradação e envelhecimento dos materiais e estruturas, investigando formas de mitigação ou reparação. Investigar as interações entre fatores ambientais específicos e artefactos complexos feitos de diferentes materiais. Promover uma abordagem multidisciplinar sobre a interação entre ambiente e materiais;
- Implementação de sistemas integrados de gestão, que façam a avaliação e gestão de risco, com a elaboração de planos de atuação e contingência multicenário;
- Desenvolvimento de investigação centrada na proteção e conservação de materiais modernos utilizados em arte contemporânea e arquitetura, percebendo as questões específicas que este tipo de património levanta (materiais ‘novos’ à data da sua utilização, utilizados sem o tempo de teste, soluções tecnológicas que se alteram com rapidez, etc.);
- A complementaridade dos estudos artísticos com os estudos da história técnica da arte (conhecimento dos materiais, das formas de execução, das condicionantes técnicas, económicas, sociais e humanas que se colocaram à execução – visão integrada);
- Desenvolvimento de investigação sobre a dimensão e impacto social, económico e político da cultura e do património cultural e da sua valorização, incluindo num cenário Pós-Turismo.

Aspeto determinante para o sucesso da agenda de investigação é a capacidade de transferência de conhecimento e tecnologia das infraestruturas de investigação (universidades, centros de investigação, etc.) para a sociedade civil e para o tecido empresarial nacional, de forma a, por um lado, tornar consequente a investigação e, por outro lado, valorizar a capacidade e qualidade nacional de oferta de soluções diferenciadas, inovadoras, e com valor social ou económico acrescentado.

4.2.4 Fatores críticos para o desenvolvimento futuro

Como primeiro e maior entrave à prossecução dos objetivos da agenda de investigação estará certamente a questão económica. Se, por um lado, são necessários recursos físicos e humanos (com impacto económico) para realizar investigação e o desenvolvimento de novas soluções, por outro lado, a sua implementação no terreno implica que exista disponibilidade financeira das instituições tutelares dos bens culturais, não apenas no momento da sua implementação, mas de forma constante ao longo do tempo. São por demasiado conhecidos os exemplos de intervenções de conservação, restauro ou reabilitação que têm de ser totalmente refeitas passado uma década porque não existiram os meios para fazer a sua manutenção.

Como segundo fator que poderá condicionar esta área, o facto de a Cultura e o Património Cultural serem uma questão transversal a toda a sociedade, sobre o qual todos têm direitos e responsabilidades,

poder assumir distintas formas, ser de diversas épocas, poder ser tangível, intangível, ou digital, e ser necessário encontrar mecanismos que consigam responder a essa pluralidade. Um dos riscos de uma agenda de investigação até 2030, que direcione as ações para determinados objetivos, será o facto de a mesma poder funcionar como exclusor, nomeadamente de algumas formas de produção cultural que não eram reconhecidas enquanto tal no momento da sua elaboração.

A questão do acesso livre ao conhecimento, que está nas agendas europeias e nacionais, com a sua aplicação direta à Cultura e Património Cultural, também pode levantar alguns problemas. Por exemplo, como se consegue equilibrar o que desejavelmente seria um acesso livre, não onerado, aos bens culturais com a necessidade de suportar os custos da sua manutenção e, por outro lado, a necessidade de restringir o uso para reduzir o desgaste e garantir a sua preservação? Quando se opta pela digitalização e reprodução para proteger o original colocam-se outras questões: Como se pode sensibilizar o público para a necessidade de preservar, manter a autenticidade, se a única coisa a que eles têm acesso são réplicas?

Com o crescimento do turismo cultural, o que até há alguns anos era uma questão colocada apenas a alguns locais, edifícios, obras de arte, nesta altura está a estender-se gradualmente.

A necessidade de articulação direta de estratégias entre o poder político (nacional e europeu), os institutos de investigação, e a sociedade (empresas, utilizadores), e a garantia que as mesmas se mantenham com a estabilidade necessária, pode ser um fator crítico, uma vez que as estratégias políticas estão sujeitas a ritmos determinados por ciclos eleitorais.

São determinantes ainda para alcançar os objetivos propostos que exista por parte do país uma aposta segura na qualificação, educação e formação a todos os níveis, incluindo no apoio ao enquadramento posterior em empresas ou estruturas de investigação, combatendo a emigração.

Por outro lado, é significativa a fragilidade e reduzida dimensão das empresas prestadoras de serviços e fornecedoras de produtos culturais, sendo regra geral de reduzida escala os projetos independentes que, neste domínio, se desenvolvem em Portugal. Não obstante, o perfil inovador que caracteriza o sector cultural e criativo favorece a sua abertura a novas oportunidades e à exploração de novas abordagens que permitem acrescer fatores de competitividade e atração. Contudo, a introdução de fatores de inovação ou forte diferenciação, com aplicação de tecnologias atuais e cada vez mais sofisticadas, não está em regra à disposição das empresas e empreendedores, seja pela reduzida escala dos seus empreendimentos, pelos elevados custos dos equipamentos necessários ao desenvolvimento de novas tecnologias de produto ou processo, ou mesmo pela dificuldade em incorporar na sua estrutura de custos pessoal com elevado perfil de competências que possa gerar, nas próprias empresas, os fatores inovadores que são necessários à manutenção de elevados níveis de competitividade.

Neste sentido, o desenvolvimento de projetos de criação de empresas de base tecnológica, mesmo se suportados em tecnologias pré-desenvolvidas ou concebidas pelos próprios empreendedores, é frequentemente travado pela dificuldade de se fazer a prova de conceito, a pesquisa de tecnologias compatíveis disponíveis, a seleção da melhor tecnologia a aplicar ou o estabelecimento de interface com outros agentes da comunidade científica que abordam o mesmo tipo de problemas e soluções, por força da enorme abrangência que os problemas técnico-científicos apresentam atualmente.

A densificação e aumento de sofisticação da cadeia de valor dependem em grande medida de um nível dimensional crítico que não existe no mercado, a custos acessíveis para as micro e pequenas empresas

que são a base da economia, sem o que não é possível o adequado aproveitamento e consolidação de atividades especializadas de suporte à produção, montagem e difusão das criações culturais ou de atividades especializadas na conservação, valorização e reabilitação do património cultural.

Em nosso entender, a abordagem aos desafios encontrados não é possível ser efetuada de forma isolada, como se se tratasse apenas de um problema de 'ciência' ou 'tecnologia', pelo que a criação ou intensificação de parcerias, designadamente ao nível de modelos de financiamento, na incubação de empresas emergentes ou na mentoria e consultadoria articulada, permitirá o desenvolvimento de sinergias e de práticas inovadoras.

Nesse sentido, é necessário favorecer o cruzamento do sector criativo (empresas e empreendedores com necessidades específicas) com as Unidades de Investigação, para colmatar as lacunas existentes no mercado, permitindo a valorização de tecnologias, a difusão de conhecimento e a promoção de aprendizagens específicas no domínio de utilização de novos produtos e processos, quando incorporados na indústria por pequenas e médias empresas.

Preconiza-se assim que as infraestruturas de I&D do RNIIE e do SCTN e o desenvolvimento de interfaces científico-tecnológicas deverão estimular a facilitação da aproximação entre universidade e empresas/empreendedores, permitindo para a transferência de tecnologia e conhecimento e concorrendo para mitigar o défice de afirmação competitiva das indústrias culturais.

4.3 Processos criativos, produção cultural e sociedade plural

"Indústrias criativas" e "criatividade" são termos relativamente recentes, mas estão no centro de questões internacionais para definir a área da cultura e as indústrias culturais associadas. A construção de uma Agenda em que se introduz e avalia o desenvolvimento da "economia da cultura" deve ponderar uma reflexão partilhada entre a economia cultural e a economia industrial, e indicar como a organização, os processos e as estruturas de criação estão no cerne do crescimento económico.

4.3.1 Desafios e objetivos para Portugal até 2030

Entre estes desafios e objetivos elegem-se a diversidade cultural que territorializa o país, onde se identificam de carácter global emprestando à cultura e ao património configurações que remetem para estratégias inovadoras e orgânicas de vivência e inclusão. A divulgação da cultura e do património portugueses, num diálogo profícuo e igualitário com as práticas e vivências culturais trazidos por novos atores, assume-se como instrumento prático de promoção de inclusão e cidadania, contribuindo de forma inequívoca para as políticas e cultura de paz.

Em termos patrimoniais, algumas áreas têm já uma posição afirmada e, sobretudo, são reconhecidas pela comunidade científica e pela população em geral. Mas outras áreas patrimoniais existem que carecem de um inventário, respetivas medidas de preservação e de um reconhecimento que só será possível com uma política que determine a organização desse inventário como elemento essencial a ser considerado nos planos diretores e nos planos de desenvolvimento das diferentes regiões do país, com particular incidência para as que sofreram uma maior desindustrialização e que são marcadas

simultaneamente, pela baixa demográfica resultante da saída das populações mais jovens. Na revitalização destas regiões o património - nomeadamente o industrial que durante anos foi a base da economia dessas regiões - pode e deve ser um elemento essencial.

Do mesmo modo, o inventário dos produtos do *design* português pode vir a ser um elemento essencial para a recuperação de determinadas atividades industriais, contribuindo ao mesmo tempo para os novos processos criativos. Atualmente é óbvio que a interação tanto entre empresas, como entre indivíduos, ocorre cada vez em maior escala através das redes digitais e as constantes transformações tecnológicas facilitam essas mesmas comunicações em rede. Considera-se que as redes digitais funcionam dentro das indústrias culturais como um importante novo meio, mas muitas vezes de forma efémera e individualizada, inclusive originando novas formas de opacidade e discriminação nos mercados do trabalho cultural que é urgente estudar, pensar e refletir em legislação que regule estas formas imateriais do trabalho cultural.

4.3.2 Principais desenvolvimentos científicos nos últimos dez anos

A rápida evolução do significado de Património durante o século XX tornou mais complexo o seu entendimento e a grande plasticidade do termo tem conduzido a diversas interpretações e perceções. A evolução do significado tem assumido a forma de uma expansão contínua, o que permite aceitar artefactos de diferentes tipologias, materiais e imateriais, referentes a diferentes tempos históricos. Também por essa plasticidade do termo, alguns autores preferem antes considerar o ato de Patrimonialização em vez de Património, ou considerar o termo no seu plural – Patrimónios – por este implicar uma constelação de símbolos e formas.

4.3.3 Questões-chave para uma agenda de investigação

Os processos criativos e a produção cultural são por natureza mutáveis e o seu impacto social pode ser medido numa perspetiva imediatista e conjuntural, pela criação de fluxos e tendências, ou numa perspetiva cumulativa através das dinâmicas estruturantes e dos processos de assimilação societal que geram. Em termos de agenda de investigação, consideram-se as seguintes questões chave:

- Entender de que forma o *design* de produto e o design gráfico ou de comunicação podem ser instrumentos para promover as indústrias criativas e a disseminação cultural;
- Contribuir para o processo de criação do *design* de produto através do desenvolvimento de conteúdos para produtos culturais que façam parte de uma estratégia de economia criativa;
- Investigar a integração de novos materiais e processos na criação de produtos tradicionais e dar novos usos a materiais tradicionais através da sua integração em processos industriais;
- Entender os objetos – forma e matéria – em articulação com os recursos de uma região, comunidade ou grupo étnico: recursos naturais; tradição e transmissão de saberes e técnicas (saber-fazer); formação técnica e profissional e a sua evolução;

- Investigar a ligação entre o *design* de produto e a atividade de determinados estabelecimentos fabris, muitos dos quais já não existem, e também como o design gráfico se articulou com a publicidade das várias indústrias;
- Avaliar as possibilidades que os espaços industriais podem ter no acolhimento de indústrias criativas que desta forma contribuirão para a melhor integração dos espaços industriais abandonados, os chamados “*brownfields*”, nas cidades;
- Considerar o processo como interdisciplinar, uma vez que um artefacto utilizado na vida quotidiana é determinado não só pelas suas propriedades físicas, mas também pelos seus valores semânticos e simbólicos;
- Analisar a evolução desde as “artes industriais” ao *design* como expressão de cultura e identidade;
- Reconhecer a miscigenação de formas e materiais como resultante da sociedade plural e dos trânsitos culturais;
- Reconhecer as novas formas de expressão urbana (arte pública; *street art*; *pós-graffiti*);
- Identificar sítios / espaços urbanos – que possam ser “polos” geradores de indústrias criativas;
- Reconhecer aos objetos o valor patrimonial em articulação com as propostas de recriação dos mesmos;
- Reconhecer o valor patrimonial e de memória de alguns espaços urbanos.

4.3.4 Fatores críticos para o desenvolvimento futuro

Um dos problemas que se reconhece é a necessidade de mapeamento dos “arquivos de memória cultural”, de modo a conhecer e fomentar a circulação e a valorização de formas estéticas, étnicas ou de género, que contribuem para a construção da identidade ou identidades.

Outro fator é a falta de uma avaliação e apreciação crítica dos resultados de projetos financiados por mecanismos nacionais e europeus e dos seus impactos nas indústrias criativas, quer no desenvolvimento de novas soluções/produtos quer na sua atividade comercial.

Assim, considera-se que nesta área, a agenda de investigação deveria proporcionar o ambiente científico para a criação de um grupo de trabalho transdisciplinar e inter-institucional que congregue unidades de investigação, representantes institucionais e entidades do sistema criativo e produtivo que responda a estas necessidades e que possa estabelecer diretrizes para uma maior eficácia, eficiência e inovação.

Do mesmo modo, considera-se que a criação e desenvolvimento de incubadoras criativas que estimulem a ligação entre a Academia e as empresas ou instituições associadas à economia cultural é um fator determinante para o aumento da competitividade do setor produtivo e cultural, incluindo turismo, permitindo introduzir mudanças funcionais, integrar jovens criativos qualificados no mercado e promover a formação avançada e a investigação em cursos de Mestrado e Doutoramento, como por exemplo *design*, artes plásticas, arquitetura, museologia, etc.

Nesta perspetiva, identifica-se na preservação e valorização do património industrial, técnico e científico outro fator crítico que deveria ser alvo de medidas específicas que:

- Promovam o inventário deste património a nível nacional, incluindo a criação de uma base de dados digital ativa e aberta e a criação de uma rede nacional de salvaguarda que aprofunde o trabalho que tem vindo a ser feito por entidades como a DGPC/Direção-Geral do Património Cultural (relativamente ao inventário e classificação de edifícios industriais) ou o MUHNAC/Museus da Universidade de Lisboa (com a valorização das suas coleções e do património da investigação);
- Sensibilizem as unidades ou centros de investigação e as instituições de ensino superior em geral, bem como as empresas, para a importância da defesa, salvaguarda e divulgação da herança científica, técnica e industrial contemporânea.

4.4 Língua, tecnologias, cultura digital e produção de valor

As transformações da cultura contemporânea decorrentes do impacto das novas tecnologias da informação e da comunicação assim como dos *media* digitais têm sido comparadas a uma mutação tão ou mais profunda e plena de implicações como, por exemplo, aquela que ocorreu no campo da linguagem com a invenção dos alfabetos e da escrita, tornando imperativo que estas temáticas sejam articuladas em conjunto. Assinala-se assim a emergência de uma nova literacia, de novas práticas culturais e de novas mediações, mas também a continuidade da experiência cultural e a necessidade do desenvolvimento tecnológico da língua portuguesa, reconhecendo-se a urgência de um impulso prioritário para a investigação nestes domínios.

4.4.1 Desafios e objetivos para Portugal até 2030

A compreensão das transformações em curso no âmbito da cultura, nomeadamente das suas práticas de produção e de receção, é um desafio central das próximas décadas, com vista à prefiguração da economia cultural do futuro próximo. Neste sentido, é indispensável o apoio à investigação fundamental e aplicada no âmbito das humanidades, dos estudos culturais e das artes, com particular enfoque no seu cruzamento com as tecnologias da informação e os novos *media*.

No âmbito deste objetivo é importante desenvolver uma agenda para a integração do Património cultural nas infraestruturas informacionais e redes de conhecimento, mas também uma agenda de investigação dedicada à cultura digital nativa que esteja atenta aos seus processos de inovação, incluindo com particular destaque as artes digitais. No campo dos arquivos e do património, os repositórios da imagem e do audiovisual constituem uma oportunidade particularmente importante para a investigação científica, pelo facto de encerrarem uma parte muito significativa da nossa história cultural contemporânea, mas também pela investigação e inovação que suscitam no plano das ferramentas de análise e de pesquisa.

A interligação da cultura com a *web* permanece uma oportunidade sem precedentes para a disseminação e internacionalização dos seus conteúdos, sendo importante investigar esta relação e

fomentar todas as suas virtualidades, para além do objetivo do acesso aberto, em direção a uma cultura da contribuição dentro de critérios de exigência e de curadoria.

Relativamente à língua, num estudo encomendado pelo Camões I.P., estima-se em 17% do PIB nacional anual a proporção da contribuição das atividades económicas associadas à língua portuguesa para a riqueza gerada no país.

A língua portuguesa é o quarto idioma a nível mundial com maior número de falantes — estimados em 260 milhões e espalhados por quatro continentes —, o que lhe confere o estatuto raro e feliz de ser uma língua internacional de projeção global, entre os cerca de 7 000 idiomas existentes no planeta.

A língua portuguesa é um fator estruturante da nossa identidade cultural. É património de valor inestimável com que o passado nos ligou a outras nações e que o futuro nos atribui a responsabilidade de partilhar e promover. A língua portuguesa é um dos pilares da soberania nacional e um dos principais ativos geoestratégicos do país.

4.4.2 Principais desenvolvimentos científicos nos últimos dez anos

A relação entre a experiência cultural e as novas tecnologias e os novos media e, em especial, a emergência da cultura digital têm assumido uma importância crescente no âmbito da investigação científica da última década, com destaque para as ciências da comunicação, os estudos culturais e os estudos e práticas artísticas, assinalando-se ainda a aplicação à cultura de áreas como os estudos de *software*, o HIC, a ciência da informação e a computação, nomeadamente assinalada pela emergência das Humanidades Digitais. Em Portugal, estes âmbitos da investigação têm contextos de efetiva qualidade, apesar de restritos e localizados, tendo-se assistido também recentemente, no contexto nacional, à emergência do recorte das Humanidades Digitais.

No plano do impacto das novas tecnologias da informação na produção e experiência cultural, os aspetos mais significativos dos últimos anos foram o crescimento exponencial dos dados, e das redes de conhecimento, a computação na nuvem, a proliferação do *software* cultural, e a profusão dos *media* baseados na web. As possibilidades atuais de arquivo e de disseminação do conhecimento e a sua integração com a produção cultural e as práticas criativas não têm precedentes na história humana. Em Portugal iniciou-se também a criação de bases de dados e de redes de informação de acesso aberto na área das humanidades e da cultura, tendo crescido também a preocupação com a qualidade do seu acesso e usabilidade. No campo do património têm ocorrido vários casos de sucesso desta abordagem.

A tecnologia da língua portuguesa, por sua vez, permitirá comunicar na nossa língua com pessoas que falam outro idioma. Permitirá também usar a linguagem natural para interagir com todo o tipo de serviços e dispositivos artificiais. É uma tecnologia emergente que abrange sistemas computacionais especializados na análise, produção e modificação de texto e de fala, sendo o ramo de aplicação de uma área científica de intensa interdisciplinaridade.

A aplicação desta tecnologia induzirá um vasto leque de impactos, tanto com profundo alcance económico, enquanto fator de inovação e competitividade acrescidas no mercado digital global, como com decisivo alcance social, ao permitir a cidadania plena dos falantes da língua portuguesa na sociedade da informação.

Nos últimos dez anos têm sido assinaláveis os progressos feitos, por exemplo, em termos de tradução automática, de interfaces conversacionais, de sumarização automática, de reconhecimento de fala, entre muitos outros, centrados principalmente porém na língua inglesa. Em Portugal, assistiu-se à instalação de massa crítica com impacto relevante para a tecnologia da língua portuguesa, que carece contudo de ver o seu crescimento fomentado de forma sustentável para uma dimensão comensurável com a magnitude dos desafios a enfrentar.

4.4.3 Questões-chave para uma agenda de investigação

O desenvolvimento de investigação tanto fundamental como aplicada sobre a cultura contemporânea e o seu cruzamento com as novas tecnologias da informação e os novos media é fundamental para uma abordagem refletida e capaz de contribuir e intervir nas transformações em curso, em particular, na cultura digital, uma vez que esta investigação tem uma expressão ainda restrita em Portugal que urge expandir. Algumas das questões-chave e prioridades da sua agenda são:

- o reforço de abordagens multidisciplinares: sinergia entre equipas, nomeadamente entre humanidades, artes, estudos culturais e ciências da comunicação, da computação e da informação;
- a transferências de conhecimentos entre cultura artística e economia criativa: observação das práticas criativas em emergência na cultura digital como território chave da inovação media, assim como o desenvolvimento de novas práticas de curadoria, de disseminação e de recepção da cultura artística nomeadamente em museus e instituições culturais;
- o desenvolvimento de investigação em aspetos específicos da cultura digital, incluindo, entre outros, guionismo, edição e produção multimédia, software cultural, *webdesign* e design interativo, pesquisa e análise da informação, visualização de dados, etc.;
- o planeamento estratégico de digitalização de espólios e da sua articulação com redes de conhecimento relacionadas;
- a aposta numa cultura da contribuição, própria da cultura digital, como estratégia de desenvolvimento de públicos especializados da cultura, do património e da arte e do seu envolvimento na disseminação e gestão dos seus objetos.

A promoção da língua portuguesa é, por seu lado, um desígnio nacional para o qual a política científica da língua constitui um contributo nuclear incontornável. Para o planeamento científico nacional, a língua portuguesa é um desafio estratégico de acrescida urgência nas suas várias vertentes, que entre várias outras, inclui de forma prioritária:

- investigação em tecnologia da língua portuguesa com vista à sua preparação tecnológica para a era digital, incluindo entre vários outros aspetos, a construção de conjuntos de dados anotados e de ferramentas de base e módulos avançados para o processamento computacional da língua portuguesa, o desenvolvimento de aplicações de apoio à investigação e à inovação, tradução simultânea, etc.;

E engloba também:

- investigação científica sobre a estrutura e funcionamento da língua portuguesa numa perspetiva multidisciplinar e integrada;

- investigação e desenvolvimento de novos meios auxiliares de diagnóstico baseados em desempenho linguístico, adaptados à língua portuguesa, etc.
- investigação sobre aquisição da língua portuguesa como língua segunda, como língua de herança, etc., assim como o desenvolvimento de metodologias inovadoras para o ensino e a tradução;
- estudo e valorização da expressão literária lusófona, incluindo entre outros aspetos, a recuperação e organização de espólios assim como a promoção de edições críticas de obras de particular relevância cultural, etc.

4.4.4 Fatores críticos para o desenvolvimento futuro

Alguns dos fatores críticos que se colocam à cultura digital estão relacionadas com o crescimento exponencial dos dados e com as dificuldades da sua pesquisa e análise. No âmbito da cultura isto é agravado pelo ainda escasso envolvimento dos especialistas no plano das ontologias e do desenvolvimento de terminologia. A emergência, por sua vez, de técnicas cada vez mais automatizadas de pesquisa da informação, através de algoritmos, pode conduzir à perda de visões significantes da realidade cultural, à perda do rigor do conhecimento e à dissolução do valor de verdade, riscos que têm sido crescentemente apontados.

A banalização de aplicações e de práticas mediais em alguns campos da cultura, nomeadamente no do património, sem articulação com a comunidade dos investigadores, conduz também por vezes a apropriações e formas de divulgação empobrecedoras e pouco rigorosas. Por outro lado, o campo da cultura e da criatividade digital nativas carecem de melhor atenção das instituições ligadas à cultura e à arte contemporâneas, que poderão dar-lhe um impulso positivo e de qualificação. A deriva de uma certa economia criativa moldada sobre as lógicas virais das redes sociais corre o risco de se tornar num modelo redutor das práticas criativas.

Cabe também assinalar que os profundos choques tecnológicos e civilizacionais induzidos pelo advento da era digital e da globalização, em conjunto com a intensa competição por parte dos idiomas com mais falantes, colocam desafios imensos e inauditos à diversidade e às condições de continuidade das línguas naturais.

Para sobreviver e prosperar na era digital global, a língua portuguesa precisa de ser convenientemente estudada, promovida e preparada científica e tecnologicamente. Apenas deste modo será possível assegurar que todas as pessoas, serviços e bens nos ficarão disponíveis e acessíveis na e através da sociedade de informação, e apenas desta forma se estabelecerão os meios para o exercício pleno da para nós e para a nossa cultura na sociedade do futuro.

4.5 Perspetivas de Inovação Social e Tecnológica

Nesta secção, agregam-se as ideias relativas à inovação social e tecnológica, na sua maioria já explicitadas nas outras secções do capítulo 4, com o objetivo de, sistematizando-as, lhes dar uma maior visibilidade.

4.5.1 Desafios e objetivos para Portugal até 2030

É inquestionável que a cultura e o património cultural possuem mais que um significado simbólico, sendo forte impulsionador da economia nas sociedades modernas. É fundamental preservar e valorizar a autenticidade das várias expressões tangíveis e intangíveis do património cultural e natural, sublinhando o seu papel na identidade cultural, e projetando o património como base para atividades económicas. Desta forma, a cultura tem de ser considerada na formulação, implementação e avaliação de políticas e governança, considerando os efeitos positivos em áreas como emprego, inclusão social, educação e formação, turismo, investigação e inovação, e desenvolvimento regional.

O documento *Strategy 21 (European Cultural Heritage Strategy for the 21st Century)*, apresenta nomeadamente duas recomendações associadas à inovação tecnológica:

- Proteger, restaurar e valorizar o património, aproveitando ainda mais as novas tecnologias - significa ter que encontrar constantemente novas soluções num contexto em mudança, realizar investigação multidisciplinar e interdisciplinar, testar novos modelos e novos métodos e promover o uso racional das novas tecnologias: Informar os atores patrimoniais, em cooperação com especialistas, sobre as novas tecnologias, incluindo seu potencial e seus limites; Realizar estudos antes de trabalhos de restauro utilizando tecnologias não-invasivas (digitalização, realidade aumentada, scanners 3D, modelação, drones, LiDAR, etc.); Usar técnicas de exploração não-invasivas para estudar áreas inacessíveis ou frágeis; Desenvolver representações de património através das novas tecnologias (modelagem, impressão em 3D);
- Utilização de técnicas inovadoras para apresentar o património cultural ao público, preservando sua integridade - as técnicas e abordagens inovadoras devem ser utilizadas no pleno nas operações de exposição, mas devem ser usadas judiciosamente para enfrentar o duplo desafio de preservar a integridade do património cultural e torná-lo acessível a um público tão amplo quanto possível: Definir o melhor acesso ou condições de visita e encontrar soluções para alcançá-los; Apresentar um espaço ou objeto que desapareceu, é inacessível, vulnerável ou desconectado do seu contexto; Reconstituir ou criar artefactos; Organizar visitas guiadas em áreas sensíveis; Envolver os atores locais e os residentes no desenvolvimento de instalações inovadoras. As tecnologias digitais mudaram a forma como as pessoas acedem, produzem e usam conteúdo cultural. Qual vai ser o impacto da mudança digital nas políticas de desenvolvimento do público, na leitura e nas práticas das instituições culturais?

Outros elementos de inovação presentes incluem:

- Desenvolvimento de novos modelos de gestão que permitam ao património beneficiar, pelo menos em parte, do valor acrescentado que gera, Este financiamento deve, de forma prioritária, ser usado para conservação;
- Incentivar a criatividade na captação da atenção do público, que evolui de acordo com as mudanças na sociedade e o progresso tecnológico. Isto pressupõe um diálogo entre o mundo do património e o mundo da criação contemporânea (cinema, música, literatura, novas tecnologias, design, jogos de computador, etc.), ferramentas interativas para aumentar a conscientização ou incentivar o conhecimento, criação de jogos com foco no património e seus valores, eventos multidisciplinares

(entretenimento ao vivo, arte de rua, artes visuais, etc.) com base e expressando o valor patrimonial de um local.

- Desenvolver bancos de conhecimento sobre materiais, técnicas e know-how locais e tradicionais. A ameaça de desaparecimento de muitas tradições e práticas de património, implica a necessidade de conservar amostras e armazenar, atualizar e divulgar o conhecimento, através de espaços dedicados e novas tecnologias.

4.5.2 Principais desenvolvimentos tecnológicos nos últimos dez anos

Os principais desenvolvimentos incluíram tecnologias de diagnóstico, materiais e técnicas de intervenção, metodologias de conservação preventiva, serviços baseados em TIC e, mais recentemente, aspetos relativos à melhoria da eficiência energética, tais como:

- Alargamento das redes de infraestruturas de comunicação e aumento da sua largura de banda;
- Disponibilização de um conjunto cada vez mais potente de ferramentas de aquisição de dados, tratamento e restituição digital (gravação áudio, gravação vídeo, fotografia e vídeo imersivo digitalizações, fotogrametria, varrimento Laser, termografia, fotografia multiespectral, etc...);
- Implementação sistemática de trabalhos de digitalização de bens culturais que permite a preservação da sua memória ou a sua reprodução em caso de destruição (decorrente de conflito armado, terrorismo, ou catástrofe natural);
- Desenvolvimento de ferramentas de produção digital (impressão 3D, fabricação robótica, etc.) que podem ser utilizadas na criação de réplicas de elementos necessários à legibilidade do bem cultural;
- Desenvolvimento de sistemas de realidade virtual e realidade aumentada, com aplicação direta à divulgação do bem cultural;
- Desenvolvimento das TIC aplicadas ao património e ao turismo, designadamente ao nível de aplicações livres ou de baixo custo;
- Acesso das populações, de uma forma alargada, a suportes tecnológicos (hardware e software) de reprodução de informação digital (computadores, *smartphones*, etc) que permitem equacionar novas formas de acesso à cultura e ao património;
- Desenvolvimento de novas formas de diagnóstico não-invasivo e não destrutivo, que permitem planear a intervenção no bem cultural de um modo mais informado.
- A tecnologia da língua com tradução automática, de interfaces conversacionais, de sumarização automática e de reconhecimento de fala, que permitem também equacionar novas formas de acesso à cultura e ao património.

4.5.3 Oportunidades e aplicações para uma agenda de inovação

A promoção da conservação preventiva é uma enorme oportunidade, dando prioridade à prevenção e previsão, sobre a intervenção, o que exige maior conhecimento sobre técnicas e materiais antigos,

modelos de previsão, monitorização, técnicas não destrutivas, digitalização intensiva, modelação e sistemas de gestão integrados.

É também uma grande oportunidade a avaliação e prevenção de riscos para proteger o património cultural dos efeitos de desastres naturais e ameaças causadas pela ação humana, incluindo aspetos tão diversos como o turismo em massa, a poluição, as alterações climáticas, o desenvolvimento insustentável, as áreas de conflito e as catástrofes naturais (incêndio, inundações ou terremotos).

Finalmente, a formação e transferência de conhecimento, seja em profissões tradicionais, gradualmente em abandono, e profissões emergentes no património, inclusive no contexto da mudança digital, é também uma necessidade evidente.

4.5.4 Fatores críticos para o desenvolvimento futuro

O património cultural tem sido considerado habitualmente como um custo, tolerado como um imperativo societal. Mas, para além do turismo, importa compreender o contributo evidente para a melhoria da qualidade de vida dos cidadãos europeus, sentimento histórico, identitário e de pertença, como ganhos sociais. Os desafios são inúmeros associados, por exemplo, a alterações demográficas, turismo em massa a nível global, migrações, alterações climáticas e crescente número de desastres naturais ou provocados pelo homem, e ainda afastamento político dos cidadãos (especialmente dos jovens), tentação do isolacionismo comunitário, divisões intergeracionais, crise económica e surgimento de desafios ou violações graves dos valores de liberdade, tolerância e democracia em que nossas sociedades se baseiam: todos estes desafios exigem respostas coerentes, abrangentes e inspiradoras. A educação cultural, em todas as suas componentes, tangível e intangível, permite coesão, unidade, integração dos migrantes, participação política, compreensão mútua, e criatividade.

Uma compreensão holística do património cultural tem de incorporada na sociedade física, política, pública e profissional. O desafio é que o património cultural possa contribuir para uma nova economia baseada no conhecimento que poderia melhorar significativamente a economia europeia global recuperando nossos valores culturais e sociais. Este objetivo exige políticas públicas no desenvolvimento de empreendedorismo e potencial de inovação de setores culturais e criativos, tendo em vista estimular a inovação, sustentabilidade económica e inclusão social.

PARTE III

Capítulo 5 – Conclusões

5.1 Desafios: a Agenda de I&I e a sociedade portuguesa

Relembrando o enquadramento desta Agenda no contributo para a resolução dos complexos desafios globais que Portugal partilha com outros países¹⁷, descrevem-se muito brevemente as mais recentes expectativas internacionais relativas à cultura e ao património cultural.

Durante o *Ano Europeu do Património Cultural 2018 (AEPC 2018)*, a União Europeia incentivou e apoiou os esforços dos seus Estados-Membros, das autoridades regionais e locais, em cooperação com o setor do património cultural e da sociedade civil, na proteção, salvaguarda, reutilização, valorização e promoção do património cultural da Europa. Neste âmbito, era necessário criar um ambiente favorável à sensibilização da opinião pública, à divulgação de boas práticas, à promoção do debate público, à melhoria da recolha e da análise de informações qualitativas e de estatísticas sobre impacto social e económico e, com especial interesse para esta Agenda, à promoção da investigação e da inovação sobre o património cultural¹⁸. Comemorava-se o património cultural como bem comum, promovia-se a sensibilização para a história e os valores comuns e pretendia-se reforçar o sentimento de pertença a um espaço europeu cultural e político comum¹⁹.

Em maio de 2018 é anunciada uma nova agenda europeia para a cultura²⁰, na qual se reconhece que, nas dinâmicas atuais de mudança²¹, a cultura assume uma importância singular. O objetivo é encontrar soluções para os atuais desafios sociais através do ‘poder transformador da cultura’. Acentua-se a tendência de deixar de cingir a cultura às políticas culturais, promovendo-se sinergias entre o sector cultural e outras áreas políticas. Esta é considerada uma nova forma de abordar os problemas, uma visão holística, que se desdobra em três orientações, complementares entre si:

- Aproveitar todas as potencialidades da cultura e da diversidade cultural para promover a coesão social e o bem-estar (dimensão social);
- Apoiar a criatividade baseada na cultura para o emprego, o crescimento e o comércio externo (dimensão económica) e
- Reforçar as relações culturais internacionais (dimensão externa).

Posteriormente, em junho de 2018, o *Apelo à Ação de Berlim*²², preparado, entre outros, pelo movimento de cidadãos *Europa Nostra*, é publicado e disponibilizado. Trata-se de uma petição (um abaixo-assinado) feita por cidadãos, organizações e instituições, mobilizados para colocar o património

¹⁷ Posicionamento feito em 1.1 – Visão a 2030.

¹⁸ Decisão (EU) 2017/864 do Parlamento Europeu e do Conselho de 17 de maio de 2017 sobre o Ano Europeu do Património Cultural (2018).

¹⁹ Quadro de ação europeu no domínio do património cultural. Documento de trabalho dos serviços da Comissão, 2019.

²⁰ European Commission – *A New European Agenda for Culture*, Brussels, 22.5.2018 Com(2018) 267 final.

²¹ ‘Após uma grave crise económica, a Europa enfrenta agora desigualdades sociais crescentes, populações diversas, o populismo, a radicalização e as ameaças terroristas. As novas tecnologias e a comunicação digital estão a transformar as sociedades, os estilos de vida, os padrões de consumo e as relações de poder nas cadeias de valor económico’ (p. 1).

²² Publicado no âmbito do *European Cultural Heritage Summit. Sharing heritage, sharing values* (Berlin, 18-24 June 2018).

cultural comum no centro das políticas e prioridades da Europa. Para os seus promotores, o AEPC 2018 representa um ponto de viragem no crescente movimento da Europa em prol do património cultural.

Por ocasião do encerramento do AEPC 2018, na conferência #EuropeForCulture, a Comissão Europeia apresentou um plano de ação para manter o património cultural no topo da agenda política²³, com cinco áreas temáticas:

1. Património cultural numa Europa inclusiva: participação e acesso para todos;
2. Património cultural numa Europa sustentável: soluções inteligentes para um futuro coeso e sustentável;
3. Património cultural numa Europa resiliente: proteger o património ameaçado;
4. Património cultural numa Europa inovadora: mobilizar o conhecimento e a investigação;
5. Património cultural em torno de parcerias mundiais mais fortes: reforçar a cooperação internacional.

As medidas concretas foram especificadas em 2019²⁴. O pilar 4, dedicado às questões de investigação e inovação, é transversal aos demais pilares.

Em consonância com esta preocupação europeia, a OCDE publicou em 2019, juntamente com o Conselho Internacional de Museus - ICOM, um documento orientador para a elaboração de uma agenda de desenvolvimento local para um futuro mais sustentável, intitulado *Culture and Local Development: Maximising the impact. A Guide for Local Governments, Communities and Museums*. Mais uma vez, a tónica é colocada no poder transformador da cultura que, nomeadamente através dos museus, pode gerar melhorias: a) no desenvolvimento local, incluindo o económico; b) na regeneração urbana e desenvolvimento da comunidade; c) na educação e criatividade; d) na inclusão social; e) na saúde e bem-estar dos indivíduos.

Esta sequência de iniciativas põe de manifesto que a *Agenda de I&I Cultura e Património Cultural* é lançada num contexto internacional muito particular, que contém uma forte e positiva expectativa sobre o impacto social da cultura. Esta coincidência é uma vantagem, uma fonte de inspiração e de mobilização. Trata-se de uma dinâmica, de um movimento, em que Portugal vai participar munido de uma visão e de uma estratégia de I&I, fundamentadas na metodologia pela qual foram identificadas: processo *bottom-up*, inclusivo e dinâmico, orientado por uma perspetiva de médio-longo prazo, atento a questões supranacionais mas com implicações de âmbito nacional, que contou com a mobilização e o debate entre diversos peritos, ligados à academia, centros de investigação, outras entidades públicas e privadas com atividade na esfera social, os quais também contaram com contributos de vários cidadãos.

5.2 As áreas estratégicas para a Investigação e a Inovação até 2030

No decurso deste documento foram sendo contextualizadas, identificadas e apresentadas as questões orientadoras da I&I no domínio da Cultura e do Património Cultural, tendo por horizonte temporal 2030. Apresentam-se de seguida de uma forma sintética, agregadas por temas.

²³ Comissão Europeia – Comunicado de imprensa, Bruxelas, 7 de dezembro de 2018.

²⁴ Quadro de ação europeu no domínio do património cultural. Documento de trabalho dos serviços da Comissão, 2019.

✓ Trânsitos culturais, identidades e memórias

Como alcançar uma nova ordem cultural pautada por crescentes intercâmbios culturais? Os fluxos de migração e o crescimento das comunidades transnacionais constituem um desafio com o qual o país, a Europa e o mundo continuarão a confrontar-se no futuro. Num cenário de identidades deslocadas e fragmentadas, em que sentido poderão rodar os trânsitos culturais? No do exacerbamento ou esbatimento dessas tensões? Qual o lugar da cultura como fator de pacificação social? A promoção de uma cidadania cultural passa necessariamente por uma educação orientada por valores de partilha, para que a cultura possa ser reinventada como um bem coletivo. Importa debater um novo paradigma, o de trânsito cultural, onde o objetivo de preservar se acoplará ao objetivo de conectar e ao objetivo de criar. As mudanças e desafios societais em curso exigem uma estreita cooperação entre investigação e inovação e o desenvolvimento de novos trilhos de intervenção cultural.

✓ Sustentabilidade e ambientes em mudança

Portugal, a Europa e o mundo neste novo milénio confrontam-se com desafios importantes que resultam quer de alterações sociais, demográficas, geopolíticas ou climáticas, decorrentes de conflitos, de desastres naturais, da rápida evolução económica (afluxo a zonas urbanas), quer de desenvolvimentos tecnológicos.

Sobre a perceção cultural, várias questões se colocam de uma forma nova: como se gere o bem patrimonial, ou mesmo, o que se considera património, num lugar e num tempo? Como cuidar a relação entre o uso que se faz do património e os valores ou crenças das populações que deram origem a esse mesmo património (questões religiosas, étnicas, culturais, etc...)? O que escolher para representar a nossa cultura e o nosso património? E como escolher (quando já não existe uma coincidência entre os valores culturais históricos e atuais)? Como se integram os contributos das novas populações? Como registar, e quem, o património que está a ser produzido atualmente?

Sobre a conservação dos bens patrimoniais, torna-se crucial a integração de várias áreas de saber que permitam estudar a sua materialidade, compreender os mecanismos de degradação e permitir desenvolver estratégias, técnicas e materiais para a sua sobrevivência secular. A avaliação de risco (devido a fatores naturais ou outros) é um outro aspeto a considerar, que comporta questões importantes: o que está em risco? Como medir objectivamente o risco? O que interessa preservar indefinidamente? O que se está disposto a pagar? O que se pode fazer a esse preço?

A investigação sobre o património cultural é usualmente fragmentada entre tipos de bens, campos disciplinares e suportes físicos. É importante investir no estabelecimento de ligações entre o património cultural tangível, intangível e digital, esbatendo barreiras disciplinares e promovendo investigação que aposte numa visão integradora e abrangente. Objetos, artefactos, tradições, edifícios não podem ser entendidos isolados, analisados ou valorizados por si próprios, mas integrados num todo cultural que os criou ou lhes deu sentido.

Para além disso, durante muito tempo, a dimensão cultural e a dimensão natural eram entendidas como independentes. Coloca-se o desafio de alterar este paradigma, no sentido do afastamento progressivo de uma visão tradicional centrada na singularidade do bem cultural e na sua proteção, para uma abordagem mais ampla de património territorial, enquanto conjunto de elementos significativos, recursos naturais e culturais, articulados entre si, com um uso social e valorização adequada e sustentável.

Do ponto de vista do desenvolvimento tecnológico - a digitalização de informação, de processos ou mesmo a criação direta de conteúdos digitais - que Portugal tem implementado de uma forma precoce, há um conjunto de novas questões: político-éticas e operacionais. Por um lado, uma questão de propriedade: quando a digitalização de elementos de valor cultural os tornam propriedade de quem os digitaliza; por outro lado, quando a manutenção da existência e do usufruto dos elementos culturais e patrimoniais está dependente da conservação dos mesmos pressupostos tecnológicos que foram usados na sua criação, ou custos constantes da sua atualização.

✓ Processos criativos, produção cultural e sociedade plural

A evolução do significado de 'património' tem assumido a forma de uma expansão contínua, o que permite aceitar artefactos de diferentes tipologias, materiais e imateriais, referentes a diferentes tempos históricos. Em Portugal, em termos patrimoniais, algumas áreas têm já uma posição afirmada e, sobretudo, são reconhecidas pela comunidade científica e pela população em geral. No entanto, outras áreas existem que carecem de reconhecimento e, conseqüentemente carecem de um inventário e das respetivas medidas de preservação.

Encontra-se nesta situação o património industrial, que existe frequentemente em estado de abandono e de degradação, nas regiões que sofreram uma desindustrialização. Em muitos casos, estas são marcadas pela baixa demográfica resultante da saída das populações mais jovens. Na revitalização destas regiões, o património - nomeadamente o industrial que durante anos foi a base da economia dessas regiões - pode e deve ser um elemento essencial. Considera-se ainda o interesse em estudar as potencialidades que os espaços industriais abandonados podem ter, em particular, no acolhimento de indústrias criativas, contribuindo-se assim para uma melhor integração territorial dos chamados "*brownfields*". Um alerta é dado no que diz respeito ao que será, um dia, a herança industrial contemporânea.

Outra vertente a explorar é o inventário dos produtos do *design* português, os quais têm potencial para contribuir para novos processos criativos. Em termos estratégicos, a título de exemplo, identifica-se o interesse em estudar os seguintes pontos: integração de novos materiais e processos na criação de produtos tradicionais; novos usos a materiais tradicionais através da sua integração em processos industriais; a ligação entre o *design* de produto e a atividade de determinados estabelecimentos fabris, muitos dos quais já não existem, e também como o design gráfico se articulou com a publicidade das várias indústrias;

Considera-se ainda que as redes digitais funcionam dentro das indústrias culturais como um importante novo meio. Muitas vezes, porém, funcionam de forma efémera e individualizada, inclusive originando novas formas de opacidade e discriminação nos mercados do trabalho cultural. É urgente estudar, pensar e refletir em legislação que regule estas formas imateriais do trabalho cultural.

A criação e o desenvolvimento de incubadoras criativas, que estimulem a ligação entre a Academia e as empresas ou instituições associadas à economia cultural, é vista como um fator determinante para o aumento da competitividade do setor produtivo e cultural, incluindo turismo. Tal permitirá introduzir mudanças funcionais, integrar jovens criativos qualificados no mercado, e promover a formação avançada e a investigação em cursos de Mestrado e Doutoramento como, por exemplo, *design*, artes plásticas, arquitetura, museologia, etc.

Também a defesa, a salvaguarda e a divulgação da herança científica e técnica são vistas como estratégicas.

✓ Língua, tecnologias, cultura digital e produção de valor

A língua portuguesa é um fator estruturante da nossa identidade cultural. Para além disso, o português é o quarto idioma a nível mundial com maior número de falantes, espalhados por quatro continentes, o que lhe confere o estatuto de língua internacional de projeção global. Estima-se em 17% do PIB nacional anual a proporção da contribuição das atividades económicas associadas à língua portuguesa para a riqueza gerada no país. Para sobreviver e prosperar na era digital global, a língua portuguesa precisa, porém, de ser convenientemente estudada, promovida e preparada científica e tecnologicamente: este é um desafio para a política científica.

Há uma forte expectativa sobre as aplicações tecnológicas no âmbito específico da língua portuguesa, que abrangerão sistemas computacionais especializados na análise, produção e modificação de texto e de fala. Este é um domínio de intensa interdisciplinaridade, nomeadamente entre humanidades, artes, estudos culturais e ciências da comunicação, da computação e da informação. Entre outras vertentes, a tecnologia permitirá comunicar em língua portuguesa com pessoas que falam outro idioma, assim como permitirá também usar a linguagem natural para interagir com todo o tipo de serviços e dispositivos artificiais.

Para além deste domínio particular da língua, a investigação sobre a cultura contemporânea e o seu cruzamento com as novas tecnologias da informação, e os novos media, é fundamental. Este tipo de abordagem de I&I tem uma expressão ainda restrita em Portugal que urge expandir, nomeadamente através dos seguintes tópicos: aspetos específicos da cultura digital (guionismo, edição e produção multimédia, software cultural, *webdesign* e design interativo, pesquisa e análise da informação, visualização de dados, etc.); digitalização de espólios e sua articulação com redes de conhecimento relacionadas; desenvolvimento de públicos especializados; transferências de conhecimentos entre cultura artística e economia criativa.

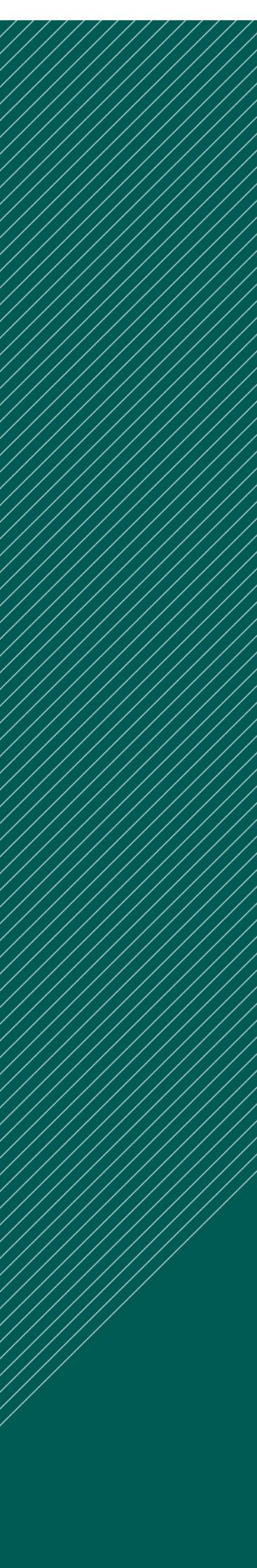
Como remate final, agrega-se um conjunto de condições que se consideram favoráveis aos avanços em I&I preconizados na Agenda Cultura e Património Cultural:

- Reforço do apoio à investigação fundamental e aplicada no âmbito das humanidades, dos estudos culturais e das artes, tendo presente que são necessários quer mais recursos materiais quer mais recursos humanos;
- Fomento da I&I feita em ambiente de colaboração interdisciplinar, transdisciplinar e interinstitucional, tendo em conta um leque diversificado de áreas do conhecimento e de instituições, estando subjacente a visão da cultura como transversal a todos os sectores das políticas públicas;
- Maior viabilização da capacidade de transferência de conhecimento e tecnologia das infraestruturas de investigação (universidades, centros de investigação, etc.) para o sector cultural, para a sociedade civil e para o tecido empresarial nacional. Valorizando a capacidade e qualidade nacionais de oferta de soluções diferenciadas, inovadoras, com valor social ou económico acrescentado, torna-se mais consequente a aposta na investigação;
- Aposta na qualificação, educação e formação de recursos humanos, a todos os níveis, incluindo no apoio ao enquadramento posterior em instituições culturais, empresas ou estruturas de investigação, combatendo também a tendência de emigração atual;
- Reforço da disponibilidade financeira das instituições tutelares de património e bens culturais, que também são locais privilegiados de I&I, de forma a terem capacidade para implementar novos projetos

(o património cultural abandonado degrada-se enquanto espera ação) e para possibilitar a manutenção e melhoria dos já em curso;

- Abordagem sistémica dos desafios e dos fatores críticos identificados, não o fazendo de uma forma isolada, como se se tratasse apenas de um problema de 'ciência' ou 'tecnologia'. Em alternativa, apostar também na criação ou intensificação de parcerias, designadamente ao nível de modelos de financiamento, na incubação de empresas emergentes ou na mentoria e consultadoria articulada, facilitando-se assim o desenvolvimento de sinergias e de práticas inovadoras.
- Equacionar a criação de *um Observatório sobre Ciência, Cultura e Património Cultural* que seja um instrumento de interação e articulação entre investigadores e unidades de I&D, entidades e instituições da administração central e local, agentes sociais e empresas focada na resposta aos desafios sociais.

A implementação da agenda passará pela definição e implementação de projetos de I&I, em sentido lato, individuais ou em co-autoria, enquadráveis no âmbito de instituições ou dos programas de financiamento disponíveis.



FUNDAÇÃO PARA A CIÊNCIA E A TECNOLOGIA

AV. D CARLOS I, 126, 1249-074 LISBOA, PORTUGAL
T. [+351] 213 924 300

WWW.FCT.PT